

SIMPLES COINCIDÊNCIA? PARENTES
DE POLÍTICOS INFLUENTES PROSPERAM
NO RAMO DA MINERAÇÃO, ATIVIDADE
DEPENDENTE DE CONCESSÕES PÚBLICAS

MAMATA DEPUTADOS BOLSONARISTAS
EMPENHAM MILHÕES DE REAIS EM
EMENDAS PARA UM PROJETO SOCIAL
CLAUDICANTE DO JUDOCA TIAGO CAMILO

CartaCapital

TOPETE BAIXO

A CORTE SUPREMA E A
INSATISFAÇÃO POPULAR NOS
EUA IMPÕEM LIMITES AOS
DELÍRIOS IMPERIAIS DE TRUMP



cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1402

R\$ 31,90

4 DE MARÇO DE 2026



basset
editora



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



Combater o feminicídio é necessário

O Brasil registra recorde de assassinatos de mulheres por dia em 2025.

Os dados são alarmantes: 4 mulheres são vítimas de feminicídio todos os dias.

Ficar parado não é uma opção e a Fenaé está com elas! A campanha Fenaé com Elas, firmada a partir da assinatura da carta-compromisso com o Ministério das Mulheres, reafirma nossa atuação na defesa do direito das mulheres.

Conheça nossas iniciativas.
Se você vê, ouve ou suspeita, denuncie. Ligue 180!



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas.

Os indígenas
vencem uma
batalha. Pág. 24



6 A SEMANA
9 PEDRO SERRANO

Seu País

20 PODER Os nebulosos negócios de figurões da política na mineração

24 AMAZÔNIA Lula revoga decreto sobre concessão de hidrovias na floresta

28 FARRA Bolsonaroistas destinam emendas a projetos opacos do judoca Tiago Camilo

31 MARIA RITA KEHL

32 SÃO PAULO Projeto de Lei pretende regulamentar o comércio ambulante com veto à repressão policial

Capa: Pilar Velloso, iStockphoto e Saul Loeb/AFP

34 SAÚDE O SUS ganha reforço de grandes grupos privados para reduzir as filas de cirurgias

Economia

36 TECNOLOGIA A criação de *Data Trusts* no Brasil fortalecerá a soberania e a governança digital

39 ADALBERTO VIVIANI

40 ANÁLISE Keynes sempre rejeitou a transformação de sua teoria em dogma

42 ARTIGO O Brasil pode liderar a produção de semicondutores na América Latina

Nosso Mundo

44 IRÃ A Casa Branca age sob o pretexto de conter um programa nuclear criado por Washington há 69 anos

46 DIREITOS HUMANOS Como as sanções de Trump a juízes e promotores dificultam o funcionamento do TPI



Plural

48 PRESENÇA NOTÁVEL

MESMO SEM DISPUTAR O URSO DE OURO, O CINEMA BRASILEIRO TEVE PARTICIPAÇÃO DE DESTAQUE NA BÉRLINALE

51 SAÚDE Por Drauzio Varella 52 FOTOGRAFIA A *Solidão Coletiva* pelas lentes de Júlio Bittencourt 54 IDEIAS A psicanálise contra a opressão social 56 LIVRO A vida da primeira criança nascida por meio de uma cesariana 57 AFONSIÑO 58 CHARGE Por Venes Caitano

10 FIM DA CHANTAGEM

A SUPREMA CORTE DOS EUA DERRUBA O TARIFAÇO E IMPÕE UMA DURA DERROTÀ A TRUMP

CARTA ONLINE

EDITORIA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira

EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazio

EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade

REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação),

Maiara dos Santos Marinho, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo

VÍDEO: Carlos Melo (Produtor) e Lola Magalhães (Editora)

ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo, Danilo Roberto Silva Queiroz e Sofia Helena Lanza

SITE: www.cartacapital.com.br

basset

editoria

EDITORIA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Edicase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Midia - landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958,

landrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto,

(71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

ines249

CARTAS CAPITAIS



CÓDIGO PENAL

Servidor público não pode ter vencimentos superiores ao teto salarial constitucional. Sem exceções! Ailton Reis Jr.

A esquerda não se deu conta ainda da trampa para tirar o Toffoli e colocar o ministro "terrivelmente evangélico" à frente das investigações do caso Master. É melhor abrir o olho... Maria Inês Barletta

PODER DE PERSUAÇÃO

Antes de investir em Defesa, devemos criar leis que obriguem os militares a ficar nos quartéis e a não se envolver na política. Desde a Proclamação da República, em 1889, eles se intrometem demais na vida civil. Gilberto Preto

É preciso mudar a mentalidade de nossos militares. Em vez de defender nossa soberania, muitos só enxergam "inimigos internos" e se voltam contra o próprio povo. Com tantos defensores da ditadura nos quartéis, não dá para incentivar mais investimentos na área da Defesa. Tereza Borges Orjales

CRIME CONTINUADO

O ministro Flávio Dino, do STF, sempre nos surpreende positivamente com sua inteligência e coragem. Em decisão recente, observou que os crimes de sequestro e ocultação de

cadáver não estão amparados pela Lei da Anistia de 1979, pois o dolo se renova continuamente, enquanto as vítimas permanecem desaparecidas. A Justiça brasileira sempre foi benevolente com os crimes da ditadura. Agora, temos a oportunidade de mudar essa história de impunidade.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

É difícil entender como tantos ainda apoiam o regime militar. Para ser humanista, não é preciso ser liberal, cristão ou de esquerda: basta ter bom senso. Saudosistas da ditadura, cristãos de fachada, racistas, homofóbicos e misóginos existiam antes de Bolsonaro; só encontraram nele um espelho. João Bosco Egas Carlucho

HERANÇA COLONIAL

Ailton Krenak é semente: plantou suas raízes na imortalidade dos povos originários. Cultivou seu saber sobre política e sociedade, mas jamais abandonou suas origens. Marli Reiner

Amigo e mestre Ailton Krenak, não seria o próprio modo de vida dos povos indígenas um modelo alternativo ao monstro capitalista? Danilo Yamamoto

Necrocapitalismo é, de fato, a melhor definição para o momento que estamos vivendo. Gilvando Sousa

Ailton Krenak, sua fala, seus gestos e seus livros são essenciais para refletirmos sobre como o sistema capitalista está nos arrastando para o apocalipse climático, econômico e militar. Parece um cupim que devora tudo. Alexandre Roma Guerra

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Proteção às bets

Por votação simbólica, a Câmara dos Deputados reintroduziu vários retrocessos no PL Antifacção que haviam sido corrigidos pelo Senado. Um deles esvazia o Fundo Nacional de Segurança Pública ao livrar as bets do pagamento de um imposto para financiar projetos de integração nacional do combate ao crime. A taxa extra geraria uma receita de cerca de 30 bilhões de reais por ano. A bancada da jogatina, que tem o presidente da Casa, Hugo Motta, como um dos expoentes, conseguiu barrar a cobrança. O PCC agradece. Conceitos equivocados em relação às facções inventados pelo relator Guilherme Derrite também voltaram ao texto. A lei agora segue para a sanção do presidente Lula.

Marielle Franco/ Antes tarde...

Os irmãos Brazão e seus comparsas são condenados pelo assassinato

“**O** dia que a gente sonhava”, comemorou na entrada do Supremo Tribunal Federal Luyara Franco, filha da vereadora assassinada Marielle Franco. Na quarta-feira 25, quase oito anos depois da emboscada, a Primeira Turma da Corte

condenou os cinco réus. Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, apontados como mandantes da execução da vereadora e do motorista Anderson Gomes e da tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves, pegaram 76 anos e três meses, além de multa de 7 milhões de reais. O delegado Ri-

valdo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi absolvido da acusação de homicídio, mas cumprirá 18 anos por corrupção e obstrução da Justiça. O major Ronald Pereira (56 anos) e o policial Robson Fonseca (9 anos) completam a lista. Segundo a denúncia do Ministério Público, os assassinatos “foram praticados mediante promessa de recompensa e por motivo torpe, com o emprego de recurso que dificultou a defesa dos ofendidos”.



A vereadora é uma mártir da violência política



O Judiciário não pode mais fechar os olhos para a mamata

Três Poderes/ PENDURICALHOS EM PAUTA

O STF SUGERE UMA REGRA DE TRANSIÇÃO PARA PÔR FIM À FARRA

Na terça-feira 24, um dia depois de o ministro Gilmar Mendes reiterar a decisão do colega Flávio Dino e suspender o pagamento dos penduricalhos, proventos acima do teto constitucional, no Ministério Público e no Judiciário, uma reunião no STF acertou a criação de uma regra de transição para o fim dos benefícios extravagantes em todos os poderes da República. Participa-

ram do encontro, pelo Supremo, Mendes, Dino, Edson Fachin, presidente da Corte, e Alexandre de Moraes. Completaram a mesa os comandantes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, o vice-procurador-geral, Hindemburgo Chateaubriand, e o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo. Em nota, o STF afirmou que as regras

vão respeitar a Constituição e os limites do teto (equivalente ao salário de um magistrado do Supremo, 46 mil reais). Ao suspender os extras indevidos na segunda-feira 23, Mendes foi taxativo ao criticar as benesses: “A audácia institucional salta aos olhos: trata-se de uma tentativa de colher apenas os bônus do sistema, buscando contornar os ônus que lhe são inerentes”.



Prestianni (de vermelho) e Marques: a covardia é um traço comum

Futebol/ A tabela do racismo com a misoginia

Três casos espelham o clima tóxico no esporte, aqui e lá fora

A Uefa suspendeu de forma provisória, antes da conclusão das investigações, o atacante argentino Prestianni, do Benfica, acusado de proferir ofensas racistas contra o brasileiro Vini Jr., do Real Madrid. Se for condenado, o jogador pode ser suspenso por dez jogos e obrigado a pagar multa de 1 milhão de euros. Pouco. Vini, endossado pelo colega de time Kylian Mbappé, afirmou que o adversário o chamou diversas vezes de “mono” (macaco) durante a partida de ida em Lisboa dos *play-offs* da Champions League. De maneira abjeta, o argentino colocou a camisa sobre a boca para evitar a leitura labial que confirmaria o insulto. Sua retratação foi pífia. Primeiro, disse que havia chamado Vini de “hermano”. Como a descul-

pa esfarrapada não colou, declarou na sequência ter xingado o brasileiro de “maricón” – aparentemente, Prestianni considera a homofobia menos grave do que o racismo, embora os dois crimes estejam sujeitos à mesma punição pela Uefa. A reação de boleiros ao redor do planeta é outro momento deprimente do espetáculo. À exceção de jogadores e ex-jogadores negros franceses, entre eles Henry e Thuram, diretos e claros na condenação ao atleta do Benfica, o que se viu foi um festival de desfaçatez, omissão e covardia, personificadas nas declarações do técnico do Flamengo, Filipe Luís, cujo desejo de treinar equipes na Europa superou sua consciência. Nos gramados nacionais, a coisa não anda melhor. O Bragantino anunciou uma punição (branda) ao zagueiro Gustavo Marques pelas declarações misóginas contra Daiane Muniz, árbitra da partida contra o São Paulo pelas quartas de final do Paulistão. Marques perderá metade do salário do mês. O clube vai doar o valor a uma ONG que protege mulheres em situação de vulnerabilidade. E a Portuguesa promete identificar os torcedores que cometerem injúria racial contra Hugo Souza, goleiro do Corinthians. Injúria celebrada pelo ex-goleiro Marcos, do Palmeiras. É a mais pura várzea.

Influencer condenado

O influenciador Hytalo Santos e seu companheiro Israel Vicente foram condenados pela Justiça da Paraíba por aliciamento de menores. A pena de Santos soma 11 anos e 4 meses, enquanto Vicente cumprirá 8 anos e 10 meses. O tribunal negou, na terça-feira 24, um pedido de *habeas corpus* impetrado pela defesa. Para o advogado da dupla, Sean Kompier Abib, trata-se de perseguição. “A decisão representa a vitória do preconceito contra um jovem nordestino, negro e homossexual, além de expressar estigmatização contra o universo cultural do brega funk”, escreveu em nota.

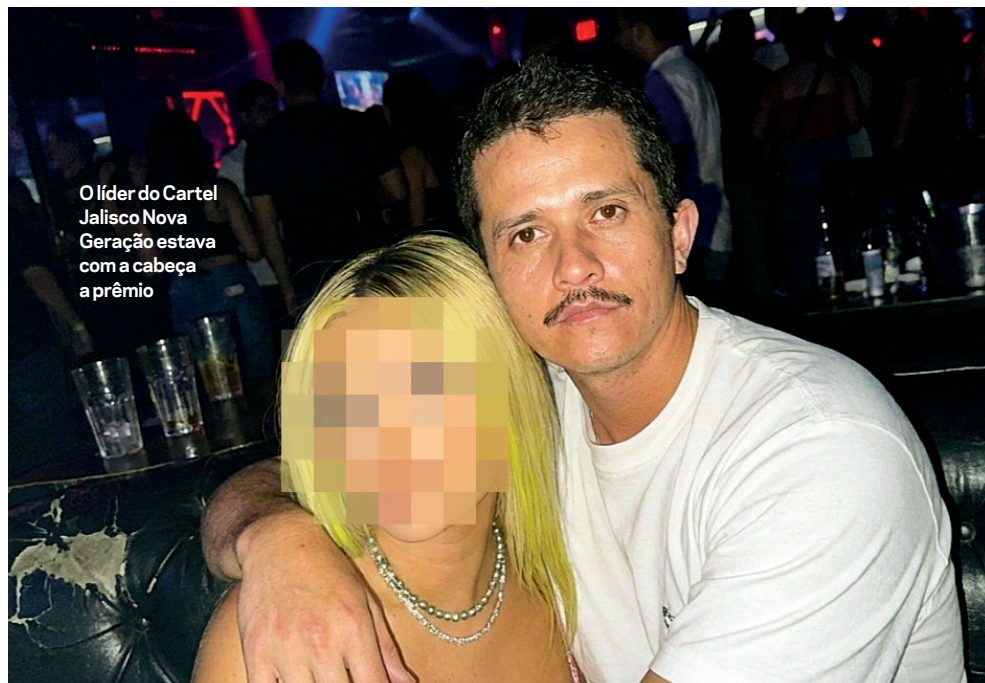
A Semana

Conflito sem fim

A invasão da Ucrânia pelas tropas russas acaba de completar quatro anos sem solução à vista. Ucrânianos e russos voltaram à mesa de negociação, mas ainda não encontraram um ponto comum que permita o encerramento do conflito. Donald Trump pressiona o presidente Volodymyr Zelensky a ceder territórios a Vladimir Putin. Zelensky busca adiar o que seria uma rendição e incita uma resposta da União Europeia. Segundo ele, Putin iniciou a Terceira Guerra Mundial e precisa ser detido. Dmitry Peskov, porta-voz do Kremlin, afirmou que a guerra continuará até o exército russo cumprir a missão.

México/ Em pé de guerra

A morte de El Mencho desencadeia uma vingança do tráfico



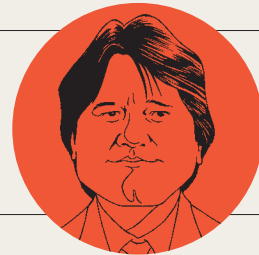
O líder do Cartel Jalisco Nova Geração estava com a cabeça a prêmio

Desde a operação militar no domingo 22, que resultou na morte do traficante Nemesio Oseguera Cervantes, conhecido como *El Mencho*, o México mergulhou em uma convulsão social. Bandoleiros ordenaram o bloqueio de estradas, impuseram uma espécie de toque de recolher na área de Jalisco e partiram para o revide contra as forças de segurança. Até o fechamento desta edição, o número de mortos passava de 70. O governo mobilizou 10 mil soldados para desbloquear as estradas e proteger a população local. Mais de 120 voos foram cancelados nos dois principais aeroportos da região em conflito, Guadalajara e Puerto Vallarta. O cerco ao narcotraficante foi uma resposta oficial às pressões crescentes da Casa Branca. A recompensa pela prisão ou assassinato de *El Mencho*, líder do cartel Jalisco Nova

Geração, havia sido fixada por Washington em 15 milhões de dólares. A presidenta Claudia Sheinbaum negou, no entanto, a participação dos vizinhos na ação, o que, segundo ela, significaria um atentado à soberania. “Todas as operações são conduzidas por forças federais”, declarou. “Não há envolvimento de forças norte-americanas. Neste caso, as informações foram compartilhadas pelo governo dos EUA, que, inclusive, emitiu um comunicado a respeito. No entanto, toda a operação, desde o seu planejamento, é de responsabilidade das nossas forças federais, especificamente da Secretaria de Defesa Nacional”. Sheinbaum também tentou dissipar o clima de medo. “A coisa mais importante agora é garantir a paz e a segurança para toda a população do México. O país está em paz, está calmo”, afirmou na mesma entrevista.

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Fardo ou dádiva?

► Estudo comprova que a presença de imigrantes é benéfica para a economia dos Estados Unidos

Governos europeus de extrema-direita têm adotado políticas restritivas à entrada e permanência de estrangeiros, utilizando argumentos populistas que associam criminalidade e dificuldades econômicas à presença de imigrantes ilegais. É nesse tipo de narrativa que também se apoia o governo Trump, ao implementar medidas anti-imigração nos Estados Unidos.

Trump tem associado os estrangeiros a ameaças terroristas e os acusa de drenar recursos públicos que, em sua visão, deveriam ser destinados prioritariamente aos norte-americanos. No entanto, a violência empregada na repressão aos imigrantes já resultou em mortes até de cidadãos natos, e tais atos extremos começam a ser cada vez mais rechaçados pela população.

Análises mais criteriosas indicam que, ao contrário do defendido por discursos simplistas, reducionistas e tendenciosos, a presença de imigrantes tem se mostrado altamente benéfica para a economia estadunidense. É o que aponta um estudo divulgado no início de fevereiro pelo Cato Institute, uma das instituições de pesquisa mais respeitadas dos EUA.

No artigo “Efeitos Recentes dos Imigrantes nos Orçamentos Governamentais: 1994–2023”, os pesquisadores avaliaram os impactos fiscais de imigrantes, legais e ilegais, ao longo de três décadas nos orçamentos federais, estaduais e locais, com o objetivo de determinar como

esses estrangeiros influenciaram a dívida pública. Segundo o levantamento, eles reduziram o déficit dos EUA em quase um terço, em termos reais.

O superávit fiscal gerado por todos os imigrantes no país, entre 1994 e 2023, foi de 14,5 trilhões de dólares. Sem a presença deles, o déficit teria atingido 48 trilhões de dólares. Ao contrário do que se propaga, esses indivíduos pagam mais impostos do que recebem em benefícios governamentais.

É preciso salientar ainda, como bem destaca o trabalho do Cato Institute, que parte do orçamento dos EUA é composta de bens públicos que envolvem o setor militar e o pagamento de juros de dívidas que precedem a entrada dos imigrantes. Tais custos não estão ligados ao crescimento populacional ocasionado pela chegada de estrangeiros.

Além disso, a taxa de desemprego tem aumentado a despeito da saída de imigrantes da força de trabalho. Dessa forma, cai por terra o argumento de que, com menos concorrência às vagas disponíveis, mais nativos se manteriam no mercado. A explicação para a queda da empregabilidade é lógica: mais deportações também implicam queda da demanda para as empresas, que assim produzem menos e passam a empregar menos gente.

Quando Trump fecha fronteiras, desvia criminosamente o foco de um problema realmente prioritário para o país: os níveis alarmantes da dívida pública norte-americana. O tema da imigração, evidentemente, exige muito mais do que um olhar superficial, excludente e indiferente aos direitos humanos, como o demonstrado pelo atual presidente dos EUA. Trata-se de um desafio que requer estratégia, propósito e coragem, como re-

centemente demonstrou o *premier* da Espanha, Pedro Sánchez.

Na contramão do endurecimento da política migratória europeia, Sánchez anunciou um plano para regularizar cerca de 500 mil estrangeiros residentes no país, em sua maioria latino-americanos. Trata-se, segundo a ministra de Inclusão, Segurança Social e Migrações, Elma Saiz, de um modelo baseado nos direitos humanos e compatível com o crescimento econômico. Como destacou o *premier* espanhol em um artigo para o *New York Times*, os governos que seguirem o receituário da extrema-direita fatalmente “recuarão para o isolamento, escassez, egoísmo e declínio”.

No texto, Sánchez afirma ser partidário de uma política que aproveite a capacidade dos imigrantes de contribuir para a prosperidade da sociedade espanhola, destacando que 80% do crescimento econômico da Espanha nos últimos seis anos e 10% das receitas da segurança social do país se devem aos movimentos migratórios. Para ele, abordar o tema a partir de uma perspectiva atenta à dignidade humana é uma questão de escolha. É lamentável que essa visão de bom senso não ressoe no horizonte limitado de outros governantes – ou, pior, seja deliberadamente ignorada por eles.

Em tempos em que tanto se difundem conceitos como economia colaborativa e globalização, é preciso entender com mais profundidade os desafios que os fenômenos migratórios representam, buscando soluções benéficas para todas as partes envolvidas. Fechar portas é fechar os olhos tanto para a realidade de imigrantes que buscam acolhimento como para as oportunidades que eles oferecem a quem os recebe. •

redacao@cartacapital.com.br

Há juízes em Washington

EM DECISÃO HISTÓRICA, A SUPREMA CORTE IMPÕE UMA DERROTA CAPITULAR A TRUMP

por CARLOS DRUMMOND

Entende-se a fúria de Donald Trump com os juízes da Suprema Corte, tribunal majoritariamente republicano e conservador que ao longo do ano havia reafirmado, em decisões controversas, as linhas gerais do projeto de poder da Casa Branca. Os limites impostos, por 6 votos a 3, ao tarifaço golpeia o principal instrumento de política econômica do presidente dos Estados Unidos e representa o primeiro grande freio institucional aos delírios imperiais do magnata. O recado foi claro: Trump pode muito, mas não pode tudo. Por ora, restou ao governo esperar, ameaçar e adotar uma resposta pífia.

A nova alíquota universal de 10%, que poderia ser elevada a 15% a qualquer momento, tem prazo de validade. Expira em 150 dias a partir de sua entrada em vigor e reduz a discricionariedade que permitia a chantagem global.

O Brasil é apontado por várias ins-

tituições como o maior ganhador nesta etapa de controle do arrastão tarifário dos EUA, mas especialistas recomendam cautela diante dos vários instrumentos disponíveis para o governo norte-americano manter os países sob pressão comercial. Trump anunciou uma cruzada contra a Suprema Corte nos próximos meses e deixou claro que a imprevisibilidade e a agressividade continuarão a guiar o governo.

Os efeitos do tarifaço na economia dos EUA continuam, entretanto, uma incógnita, exceto pela arrecadação de 175 bilhões de dólares, até o momento, sujeita a devolução pela decisão da Suprema

Corte, desde que os importadores decidam pedir na Justiça o ressarcimento. Números confirmam a insuficiência da política tarifária para levar ao almejado *reshoring*, ou o retorno das plantas industriais que há anos migraram, principalmente para países asiáticos. O número de manufaturas instaladas no país não só não aumentou, como também sofreu uma redução entre 2024 e 2025, de 617.275 estabelecimentos para 608.248, segundo levantamento da IBISWorld.

O Brasil, por seu lado, ganha nos aspectos econômico e político. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, antes das últimas definições, perto de 22% das exportações nativas para os Estados Unidos estavam sujeitas a tarifas de 40% a 50%. Com a nova decisão, em torno de 25% serão taxadas em 10%, ou em 15%, se esta alíquota vier a ser oficializada em algum momento. Ao redor de 46% dos produtos ficarão isentos e 29% sujeitos a sobretaxas setoriais. “Zerou para combustível, carne, café, celulose, suco de laranja, aeronaves”, comemorou o vice-presi-

**SEM O TARIFAÇO,
A CHANTAGEM
GLOBAL DA CASA
BRANCA PERDE
FORÇA**



No longo discurso sobre o “Estado da Nação”, na noite da terça-feira 24, o republicano dividiu salomonicamente os ataques entre a oposição democrata e os magistrados do tribunal que limitaram o uso de tarifas como arma de chantagem internacional. Foi o primeiro grande não aos delírios imperialistas



CAPA

dente e ministro Geraldo Alckmin. A lista de isenções inclui petróleo bruto, cacau, motores aeronáuticos, peças e partes, ferroligas e minérios.

O recuo imposto a Trump também melhora as condições de negociação do presidente Lula no encontro com o homólogo dos EUA em março, concordam Alckmin e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O brasileiro quer zerar as tarifas cobradas sobre as exportações brasileiras e comparecerá à reunião com capital político acumulado na extensa agenda de articulação de interesses estratégicos com líderes de potências médias, países do BRICS incluídos. Sem a faca no pescoço, o petista terá mais margem de manobra nas conversas sobre temas em comum, entre eles a exploração de minerais críticos e a parceria no combate ao crime organizado.

Aspectos da decisão da Suprema Corte evidenciam a dificuldade de os Estados Unidos prosseguirem na tentativa de subordinação do resto do planeta. O tribunal deliberou que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, *na sigla em inglês*) não fornece base legal para o governo Trump impor tarifas abrangentes sem a aprovação do Congresso. As alíquotas da IEEPA representavam cerca de 70% da estrutura tarifária total dos Estados Unidos. “A decisão atingiu, portanto, o cerne do instrumento de política econômica e externa mais poderoso que o presidente Trump utilizou desde que assumiu o cargo”, afirma em artigo Yan Liang, pesquisadora associada do conceituado *think tank* Levy Economics Institute, de Nova York. “Para o presidente Trump, as tarifas têm servido como um instrumento político onipotente para lidar com um conjunto de queixas econômicas: déficits comerciais grandes e persistentes, capacidade produtiva em declínio e uma dívida federal crescente.” O republicano utilizou-as ainda como arma de política externa, alegando que a ameaça



de tarifas apressou o fim de cinco guerras ao redor do mundo, uma afirmação sem comprovação que não o impediu, porém, de reivindicar de maneira descarada e inconveniente o Prêmio Nobel da Paz.

Segundo o republicano, as tarifas tornaram os Estados Unidos a economia mais “aquecida do mundo”, embora os números contem uma história bem diferente, destaca a pesquisadora. O déficit comercial de bens atingiu 1,24 trilhão de

dólares em 2025, aumento de 2,1% em relação ao ano anterior, e isso sugere que as tarifas pouco contribuíram para reequilibrar os fluxos comerciais. Apesar das declarações da Casa Branca de que a simples ameaça do tarifaço atraiu trilhões de dólares em compromissos de investimento estrangeiro, o emprego na indústria manufatureira continuou a diminuir. O setor perdeu 88 mil postos de trabalho de janeiro a dezembro passados. Aproximadamente, 90% dos quase 175 bilhões de dólares gerados pelas tarifas da IEEPA, calcula o Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, foram pagos por consumidores e empresas locais. “O processo errático e intermitente de implementação dessas tarifas, com frequentes reversões e isenções, agravou os danos, intensificando as incertezas e dificultando o investimento empresarial.

**A IMPOSIÇÃO
DE BARREIRAS
NÃO MELHOROU
A ECONOMIA
DOS EUA**



Lula e Modi fecharam um acordo sobre a exploração de terras-raras. Aviões da Embraer e café continuam isentos das novas taxas

Longe de ser a economia mais aquecida, a dos EUA registrou um crescimento do PIB de apenas 1,4% no quarto trimestre, resultando em uma taxa anual de 2,2%, a menor desde 2022”, salienta Liang.

No plano geopolítico, prossegue a economista, a estratégia tarifária unilateral “corroeu a credibilidade da nação como parceiro comercial confiável”. A participação no comércio global caiu de 11% para 10% desde que o presidente Trump assumiu o cargo, diminuindo a influência econômica global e a influência diplomática. “O objetivo mais ambicioso do governo, que é, na minha leitura, o *reshoring*, que está no fundo da política do Make America Great Again e consiste na promessa de devolver ao país o passado perdido, com tarifa, não tem muito sentido”, avalia José Francisco Lima Gonçalves, consultor e professor da Faculdade de Economia e Ad-

ministração da Universidade de São Paulo. As tarifas são só uma parte de uma ambição dessa magnitude, é preciso completá-la com decisões de desinvestir em algum outro lugar e investir nos Estados Unidos, complementa Gonçalves. “Esta é a parte mais complicada, porque ninguém sabe direito até hoje qual é o efeito dessas tarifas. Ainda mais com a perspectiva das eleições de novembro.” Em menos de dez meses, os eleitores norte-americanos voltarão às urnas para renovar a Câmara dos Deputados e parte do Senado. Trump tem, neste momento, apenas 39% de aprovação e o histórico das disputas de meio de mandato não costuma ser favorável ao presidente de ocasião, mesmo no caso daqueles com alta popularidade, o que não é o caso. Na maioria das vezes, a oposição leva a melhor e reduz a capacidade de intervenção, interna e externa, da Casa Branca.

Do ponto de vista da economia, a situação deverá permanecer sem grandes mudanças no curto prazo, estima o acadêmico. O efeito das tarifas sobre a inflação é, porém, inevitável, mas é mais lento e mais modesto do que se podia imaginar. Mais adiante, deve ocorrer um alívio da alta de preços dos bens, em aceleração há seis meses, ao menos. Os resultados tendem, no entanto, a arrefecer nesse prazo, o que é bom para Trump, inclusive como sinal de queda nos juros, não no próximo mês, mas em um trimestre. “Se os EUA quiserem manter seu *status* de poder no mundo, vão ter de gastar dinheiro fora, competir com a China, principalmente na América do Sul”, sublinha o economista. O investimento recente, pelo governo norte-americano, de 500 milhões de dólares na empresa de terras-raras Serra Verde, em Goiás, é um exemplo desse movimento. “Note que os juros norte-americanos mais longos subiram e não voltaram. Os juros mais curtos podem até cair, porque a taxa básica vai cair. O que isso significa? Se o Tesouro quiser rolar dívida, ou fazer dívida nova em prazos mais longos, vai pagar mais. E se ele aceitar prazos mais curtos, a dívida vai ficando com um perfil feio. Óbvio que isso não elimina o dólar como reserva de valor, mas acho que esse assunto vai se instalar de vez. Porque a alternativa de uma economia mais

fechada não vai rolar. É complicado.”

Após a Suprema Corte derrubar o tarifaço, Lula disse estar aliviado por não ter tido pressa na negociação com Washington. O presidente do Brasil acaba de selar um acordo estratégico com o presidente da Índia, Narendra Modi, sobre exploração e beneficiamento de minerais críticos e terras-raras. O primeiro grande acerto bilateral do tipo firmado pelo País foi assinado após Trump reunir dezenas de nações para o anúncio de uma cadeia produtiva global que pretende organizar as etapas do processamento das matérias-primas. “Há, de fato, uma redistribuição dos ativos, dos potenciais, novos atores emergindo ou reemergindo na cena internacional, caso da Índia, e o Brasil, atento às novas tendências, diversifica sua matriz de comércio exterior, de Investimento Estrangeiro Direto, passa a fazer cooperação técnica, militar, acordos sobre minerais críticos, com outros atores, outros parceiros”, enumera Dawisson Belém Lopes, professor de Política Internacional e Comparada da Universidade Federal de Minas Gerais.

Hoje, não há mais um problema de falta de inserção do País, o ponto a ser debatido é a qualidade dessa integração. “O Brasil foi por longa data um mero provedor de gêneros agrários e minerários, e só no século XX, de forma acelerada e tardia, veio a se industrializar, ainda assim com uma inserção periférica nas relações econômicas internacionais. É um país bem inserido nas chamadas cadeias globais de valor, mas é uma inserção subalterna, subordinada”, sublinha Lopes. Participamos dos fluxos econômicos internacionais, mas com frequência em condições de sermos conduzidos, não de agregar valor. Salvo honrosas exceções como a aviação civil, não lideramos setores econômicos, especialmente aqueles com maior dotação, mais intensivos em tecnologia, com conhecimento agregado.

A mídia local pouco divulga os bons re-

O BRASIL É UM DOS GRANDES BENEFICIADOS COM OS LIMITES À TAXAÇÃO

sultados das andanças de Lula, mas o processo vai muito além da parcialidade jornalística, esclarece o professor da UFMG. “Neste momento aparentemente de transição hegemônica, no qual Washington perde a sua capacidade, quase infinita em outras épocas, de liderar os processos da economia internacional, fica evidente o tipo de relação que se constituiu historicamente entre setores da elite brasileira e os Estados Unidos. Há muito incômodo com a reorientação da política externa brasileira, com a busca por novos parceiros, com a emergência de países como a China, a Índia e outros. E isso não é trivial, porque, no fim das contas, esse país foi construído ao longo dos séculos com base em um tipo



O vice-presidente Alckmin celebrou a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos

de aliança que era um legado do pacto metropolitano, da ocupação feita pelos portugueses primeiramente, depois a presença dos ingleses e franceses no território, em seguida, na virada do século XIX para o XX, a presença dos Estados Unidos.” É preciso ter em mente, acrescenta Lopes, que a ocupação do território e a exploração econômica foram um processo construído por longa data. “Você não desfaz esses vínculos tão facilmente. A gente está numa transição, num certo momento de redefinição do lugar do Brasil no mundo.”

Quanto às tarifas, o futuro é incerto sob Trump, apesar do recuo imposto pela Suprema Corte. “Seria prematuro,” alerta Liang, “concluir que a decisão da Suprema Corte marca o fim das ambições tarifárias do presidente.” A Casa Branca deixou claro que vê a decisão do tribunal não como uma repreensão constitucional, mas como um convite a uma reavaliação. Há indicações de que a barreira tarifária será reconstruída sobre diferentes fundamentos jurídicos, alguns mais testados do que outros. A transição, porém, dificilmente será tranquila. Assim que o prazo de 150 dias das novas medidas expirar, o escopo, as taxas e uma sequência de outras tarifas voltarão a estar submetidos à discricionariedade executiva, aumentando a própria incerteza que afetou negativamente o investimento empresarial e levou tensão às relações comerciais, diz.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que estão sob investigação desde julho de 2025, destacou em nota a Federação das Indústrias de São Paulo. Com isso, os produtos brasileiros poderão ser atingidos por novas sobretaxas muito antes dos concorrentes internacionais, com processos de investigação que se iniciarão a partir das novas decisões nos EUA. “É importante lembrar que setores estratégicos como aço, derivados de alumínio, madeira e veículos permanecem sobretaxados pelos dispositivos de segurança nacional da Seção 232, que não foram objeto de contestação da Suprema Corte”, frisa a entidade. A ver. •



Menos, Trump, menos

AS INSTITUIÇÕES DOS EUA ESBOÇAM
UM PRINCÍPIO DE REAÇÃO AOS
DESMANDOS DO REPUBLICANO

por CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

TIMOTHY A. CLARY/AFP

Após o período de “notas de repúdio”, as instituições dos Estados Unidos parecem ter, enfim, entrado em uma nova fase de sobrevivência às investidas autoritárias do governo de Donald Trump. A suspensão do “tarifaço” e os limites impostos à guerra comercial contra o planeta iniciada pela Casa Branca são só o mais recente episódio de uma reação ao “vírus” que ameaça a democracia norte-americana. O recuo do ICE, a polícia de imigração, em Minnesota e a popularidade em queda livre, a nove meses das eleições de meio de mandato, indicam um cansaço visível dos cidadãos com os prejuízos internos e externos causados pelas políticas arbitrárias do republicano.

O revés na Suprema Corte, de maioria republicana, em relação ao tarifaço, não estava no *script*. Como costuma acontecer em todas as ocasiões em que se vê contrariado, Trump esperneou. Chamou os juízes de “uma desgraça para a nossa nação” e afirmou estar “envergonhado” por alguns magistrados “não terem a coragem de fazer o que é certo para o país”. Mais: chamou os aliados no tribunal de “tolos” e “capachos” e a minoria, 3 de 9, indicada pelos democratas de “esquerda radical”. Enquanto atacava a Corte, o republicano tentou transformar a derrota em perseguição e combustível político. Sobre se pediria ao Congresso novas medidas para restabelecer as tarifas, deixou claro que não vê necessidade de dividir o poder. Horas depois da decisão contrária, anunciou uma nova tarifa global de 10%, elevada em seguida a 15%, com base em outros dispositivos legais de uma lei comercial de 1974. Detalhe: os impostos sobre as importações só podem vigorar por 150 dias, uma clara limitação à chantagem imposta ao mundo por Washington. “Não preciso do Congresso. Tenho autoridade para impor tarifas”, disse, sugerindo a procura de caminhos alternativos para manter a agen-

CAPA

da protecionista mesmo sob “limitações injustas” impostas pela Corte.

A raiva exposta em público não é só performance. Embora seu segundo mandato projete imagem de força, as reações no Capitólio após a decisão do tribunal revelam os limites da Casa Branca. Líderes democratas celebraram a decisão como um freio a um “excesso” sentido diretamente no bolso pelos consumidores e pequenas empresas. “Um presidente não pode contornar o Congresso e impor tarifas unilateralmente sobre os americanos”, declarou o líder democrata no Senado, Chuck Schumer. “Esse abuso fracassou.”

Alguns republicanos, embora sigam a apoiar a retórica trumpista, aproveitaram o momento para defender a retomada das prerrogativas do Legislativo. O senador Chuck Grassley afirmou que o Congresso “precisa recuperar sua autoridade constitucional sobre o comércio”, e o deputado Don Bacon, em entrevista à rede de tevê CNN, afirmou que o Parlamento contestará as novas tarifas. “Pode não ter uma maioria à prova de veto, mas terá uma maioria que se oporá à tarifa global de 10%, então acho que o presidente está cometendo um erro aqui.”

Ao mesmo tempo, o clima ao redor do presidente ficou ainda mais carregado. Em apenas cinco dias, dois homens armados apareceram em endereços de Trump. Em 17 de fevereiro, um deles, de colete tático e espingarda carregada, foi preso ao avançar em direção ao Capitólio. Na madrugada do domingo 22, Austin Tucker Martin, de 21 anos, entrou no perímetro de segurança de Mar-a-Lago com uma espingarda e um galão de combustível, e acabou morto por agentes do Serviço Secreto. Os episódios reacenderam as memórias de atentados recentes e reforçaram a imagem de um país armado à beira de um curto-circuito político.

Na terça-feira 24, Trump subiu à tribuna da Câmara dos Representantes pa-



ra o tradicional discurso sobre o “Estado da Nação”. Falou por 1 hora e 48 minutos, um recorde, e centrou a artilharia na oposição democrata. “Essas pessoas são malucas, estou dizendo, são malucas.” Sobrou também para a Suprema Corte e sua “decisão infeliz”. Dois dias antes, uma pesquisa do instituto Ipsos encomendada pelo diário *The Washington Post* e pela rede de tevê ABC apontara uma desaprovção popular de 60%, rejeição semelhante àquela registrada após a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Em Minnesota, o embate é outro. A tentativa do governo de transformar o estado em vitrine de uma nova campanha de choque do ICE, a polícia migratória, encontrou um terreno político e institucional mais hostil. Em janeiro, a administração Trump enviou uma força ampliada de agentes federais para as re-

giões de Minneapolis e St. Paul, com a missão de intensificar as prisões de imigrantes e ampliar o acesso do ICE a cadeias locais. O movimento gerou protestos de rua, críticas de autoridades estaduais e municipais e uma disputa jurídica em torno da 10ª Emenda, que impede Washington de “comandar” diretamente polícias e governos locais.

A escalada teve um custo humano. Em janeiro, Renée Nicole Good, professora e mãe de três filhos, foi morta a tiros por um agente do ICE em Minneapolis, durante um protesto no qual ativistas usavam apitos para alertar moradores sobre a presença de viaturas federais. Vídeos contradisseram a versão oficial de que ela teria tentado avançar com o carro contra agentes. Semanas depois, Alex Pretti, enfermeiro de UTI, foi morto por dois integrantes da patrulha de fronteira durante uma ação ligada à caça de imigrantes, também em Minneapolis. O assassinato virou objeto de investigação de direitos civis no Departamento de Justiça e de uma cobertura extensa na mídia nacional. Em 16 de fevereiro, a professora Linda Davis, em Savannah, Geórgia, morreu quando um homem fugindo do ICE bateu seu carro no veículo que ela dirigia indo para a escola.

No início de fevereiro, o governador democrata Tim Walz declarou ter arran-

TRUMP CORRE O RISCO DE PERDER O CONTROLE DO CONGRESSO NAS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO



ines249



O assassinato de dois norte-americanos brancos em Minnesota acirrou as críticas ao ICE. E a Suprema Corte disse não ao tarifaço

cado um compromisso informal da Casa Branca de “considerar” a redução do número de agentes no estado, mas, há uma semana do fim do mês, observadores dos subúrbios de Minneapolis afirmam que o ICE continua tão ativo quanto antes. Em entrevistas, Walz comparou a presença da polícia de imigração àquela de tropas de uma “segunda Guerra Civil”. O prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, afirmou que não cooperaria com ações de deportação em massa, recusando-se a compartilhar dados ou a manter detidos imigrantes cujos casos não se encaixem nas exigências das leis estaduais. “Estamos ao lado das nossas comunidades imigrantes e refugiadas. Saibam que vocês têm todo

o nosso apoio.” Em alguns estados, como Maryland, Novo México e Maine, legisladores aprovaram às pressas leis que proíbem parcerias de delegacias com o ICE e impedem que presídios locais funcionem como centros de detenção migratória.

O conjunto dos episódios recentes sugere, no entanto, um quadro mais ambíguo. Do ponto de vista político, as derrotas também se acumulam. Nas eleições gerais de 2025, o primeiro grande teste eleitoral após a volta de Trump à Casa Branca, os republicanos foram considerados “abaixo do esperado” em diversas disputas. Os democratas conquistaram os governos da Virgínia e de New Jersey com margens maiores do que aquelas proje-

tadas e ampliaram bancadas em assembleias estaduais. Analistas do Brookings Institution acreditam que o padrão histórico tende a se repetir em 2026. O partido do presidente em exercício quase sempre perde terreno nas eleições de meio de mandato e, com uma maioria apertada de republicanos na Câmara, a probabilidade de Trump enfrentar um Congresso dividido é considerada alta. A popularidade do republicano é cambaleante. Uma pesquisa de janeiro indica que 58% dos eleitores classificam de “fracasso” o primeiro ano do segundo mandato. O mesmo percentual desaprova a perseguição a imigrantes. A popularidade roçava os 37%. Segundo um levantamento de dezembro, um terço dos latinos trumpistas se arrepende do voto no magnata.

Pela primeira vez, desde janeiro de 2025, o sistema esboça uma rejeição mais estrutural às imposições trumpistas. Ainda não está claro se essas derrotas localizadas do governo e os recuos parciais do presidente serão suficientes para conter um projeto de poder que não vê problemas em testar, repetidas vezes, os limites formais e informais da democracia. •

Mal-me-quer, bem-me-quer

O TARIFAÇO DE TRUMP SÓ EMPURROU O BRASIL PARA OS BRAÇOS DE OUTROS PARCEIROS COMERCIAIS, AVALIA GUILHERME COELHO, DA ABRAFRUTAS

de FABÍOLA MENDONÇA

Antes mesmo de a Suprema Corte dos EUA considerar que Donald Trump exorbitou de suas funções e derrubar o tarifaço, a fruticultura nacional já havia superado o impacto da cobrança global de 50% imposta aos produtos brasileiros, afirma Guilherme Coelho, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas). Segundo ele, o setor exportou, no ano passado, 1,5 bilhão de dólares – o dobro do registrado há uma década – e conseguiu atravessar o período mais turbulento da crise com novos parceiros comerciais e margens reduzidas. “Ninguém ganhou como no passado, mas também não houve prejuízo”, observa. Pouco antes de embarcar para Seul, como integrante da comitiva presidencial em viagem à Coreia do Sul, o empresário celebrou a abertura de mercados após o tarifaço e o acordo firmado entre Mercosul e União Europeia, em janeiro. “É algo muito vantajoso para nós”, avalia.

CartaCapital: Após o choque do ta-

rifaço, qual é a situação da fruticultura brasileira hoje?

Guilherme Coelho: Donald Trump já havia imposto uma cobrança de 10% sobre as frutas importadas do Brasil no início de seu mandato, mas à época não houve muita divulgação, por se tratar de um impacto discreto. Com o tarifaço, em julho do ano passado, esse percentual subiu para 50%. Exportamos para os EUA várias culturas, como amêndoas, melão, melancia e mamão, mas os produtores de manga foram os mais atingidos. Os norte-americanos não as cultivam, tudo vem de fora. Quem abastece esse mercado é o Brasil, juntamente com Equador, México e Peru. Nossa safra de mangas está concentrada entre os meses de agosto e outubro, exa-

tamente o período em que as novas tarifas entraram em vigor. Nós, da Abrafrutas, procuramos representantes do setor e buscamos dividir o impacto dessa taxa de 50% entre os exportadores, os importadores e os supermercados. Cada um absorveu uma parte e o resultado foi positivo. Ninguém ganhou como ganhava no passado, mas também não tomou prejuízo.

CC: O problema foi totalmente saneado?

GC: Não exatamente. Após negociações, a manga voltou a ter a tarifa zerada, mas a uva continua com 50% (*a entrevista foi concedida dias antes de a Suprema Corte dos EUA derrubar o tarifaço*). Então, o segundo semestre de 2025 não foi bom para os produtores de uva. Os norte-americanos gostam muito de uma variedade chamada Cotton Candy (“algodão-doce”), e ela chegou ao consumidor final por um preço até 40% mais caro do que a uva branca tradicional. Não nos saímos bem nesse segmento, mas também não houve quebradeira. Buscamos exportar para outros mercados. Hoje, o cenário está bem mais tranquilo, e acreditamos que as negociações conduzidas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin podem dar resulta-

“O ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UNIÃO EUROPEIA É MUITO VANTAJOSO PARA A NOSSA FRUTICULTURA”



Os exportadores de uvas foram os mais prejudicados. Mesmo assim, não houve quebraadeira no segmento, relata Coelho



participação. Mas também acredito que os EUA vão mudar de postura, já perceberam que o melhor caminho, entre dois países que negociam há mais de 200 anos, é o diálogo. A tendência é essa turma se acalmar.

CC: O agronegócio brasileiro, de modo geral, e a fruticultura, em particular, estão preparados para atender aos rigorosos padrões ambientais e sanitários da União Europeia? Eles são bem mais restritivos em relação ao uso de agrotóxicos, por exemplo.

GC: Somos auditados regularmente. Não utilizamos nenhum defensivo agrícola que não seja permitido pela Comunidade Eu-

ropeia. Exportamos 70% das nossas frutas para lá e cumprimos todas as exigências. Enviamos todos os produtos de acordo com as especificações solicitadas por eles.

CC: O que o Brasil precisa melhorar, em termos logísticos e de infraestrutura, para evoluir na competitividade do setor?

GC: É preciso melhorar as estradas, portos e aeroportos e, principalmente, ampliar o número de fiscais agropecuários. Em alguns casos, no momento de liberar uma carga para embarque, há apenas um fiscal disponível. Se esse profissional adoece – o que é algo normal –, a carga simplesmente não embarca. O ministro Carlos Fávaro (Agricultura) tem investido na contratação de profissionais, mas é preciso reforçar muito mais o quadro. Uma grande conquista do setor de frutas foi a implementação do E-Phyto, o certificado fitossanitário eletrônico. Até cerca de seis meses, esse documento era físico, em papel, e o governo conseguiu digitalizá-lo. É um avanço enorme. Antes, muitas vezes o contêiner embarcava sem o certificado físico e o documento precisava ser enviado posteriormente por uma empresa. Quando o produto chegava ao destino, o importador nem sempre encontrava o documento ou identificava algum erro, o que gerava problemas e impedia a abertura do contêiner. Com o E-Phyto, essa dificuldade deixou de existir. •

do, é possível reverter essa sobretaxação.

CC: Mesmo com o tarifaço de Trump, o Nordeste alcançou, em 2025, o maior volume de exportação dos últimos três anos, com vendas de 24,8 bilhões de dólares. Qual foi a contribuição do setor de frutas para esse resultado?

GC: O Nordeste é mesmo abençoado por Deus. Aqui, tem sol, solo fértil e o maior polo de fruticultura irrigada do País. No ano passado, as frutas mais exportadas pelo Brasil foram, respectivamente, manga, melão, limão (ou lima) e uva. A cada cem contêineres de manga enviados ao exterior, 90 saíram da região. E a cada cem de uva, 95 também partem do Nordeste. Com o sistema de irrigação do Rio São Francisco, a gente produz o ano inteiro. Temos duas safras e meia por ano. E temos todos os certificados internacionais para atender às exigências relacionadas ao meio ambiente, governança e questões sociais.

CC: Como anda o mercado interno?

GC: O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, mas é o 22º exportador. Por quê? Temos 220 milhões de habitantes, um mercado consumidor extraordinário. A Abrafrutas acredita, porém, ser possível abrir novos mercados. Estaremos, por exemplo, na missão presidencial na Coreia do Sul, representando a fruticultura brasileira e buscando novas oportunidades.

CC: Qual é a expectativa do setor em relação ao acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, firmado em janeiro?

GC: É a melhor possível. Hoje, para acessar o mercado europeu, pagamos 14% de tarifa no caso do limão, 12% para a uva, 10% para melão e melancia, e 7% para o abacate. Com o acordo, essas taxas serão reduzidas progressivamente, até zerar em sete anos. É algo muito vantajoso para a nossa fruticultura.

CC: Imagino que também diminui a dependência do comércio com os EUA...

GC: Com certeza. Atualmente, 70% das frutas que exportamos têm como destino a União Europeia. Com a redução das tarifas, é possível ampliar ainda mais essa



É só cavar

PODER Parentes de políticos influentes prosperam no ramo da mineração, setor dependente de concessões públicas

POR ANDRÉ BARROCAL

Mineração está na moda, graças à importância na tecnologia e nas disputas geopolíticas. E brilha nas páginas policiais brasileiras. Nos últimos seis meses, a Polícia Federal fez duas batidas contra bandalheiras cometidas com a bênção de homens públicos. Na Operação Rejeito, de setembro, prendeu um diretor da Agência Nacional de Mineração e um delegado da própria PF, por causa de falcatruas de 1,5 bilhão de reais na exploração de ferro em Minas Gerais. Na Pedra Turva, de janeiro, fez buscas em quatro estados em uma investigação a respeito de fraudes na oferta, pela ANM, de 5 mil áreas para pesquisas do subsolo. Não se sabe se a PF botou a mira em uma situação, digamos, curiosa do setor mineral: negócios de parentes de políticos.

Altineu Côrtes Paesler Coutinho, filho do vice-presidente da Câmara dos Deputados e ex-líder do PL, Altineu Côrtes, é sócio de Felipe Dytz da Cunha, filho do ex-deputado Eduardo Cunha, e de Jorge Afonso Argello Junior, filho do ex-senador Gim Argello, em uma empresa que disputou, e levou, algumas das áreas ofertadas pela ANM em 2024. O trio tem interesse em ouro. Pedro Kassab, sobrinho de Gilberto Kassab, o chefe do PSD e homem forte do governo paulista, é sócio

de uma companhia na qual o diretor financeiro, Carlos Fortner, ocupou cargos nas gestões Temer e Bolsonaro por indicação de Kassab. O presidente do conselho de administração da empresa é o almirante Bento Albuquerque, ex-ministro de Minas e Energia de Bolsonaro. O sobrinho de Kassab, Fortner e Albuquerque também estão na corrida por ouro.

A empresa que une os filhos de Côrtes, Cunha e Argello é a DJ Participações, cujo nome fantasia é Better Gold Mining. Segundo dados da Receita Federal, foi aberta em 24 de abril de 2024, três semanas antes do anúncio da 8ª Rodada de Disponibilidade de Áreas pela ANM. Há dois meios de conseguir o direito de procurar minerais. Uma é pedir à agência áreas livres. A outra é disputar uma rodada, um pacote pré-montado que pode até terminar em leilão. Nesse caso, costumam ser locais conhecidos

Interesses comuns unem o entorno de Kassab e o ex-ministro Bento Albuquerque





do setor privado. Foram pesquisados no passado e abandonados por razões comerciais ou ambientais, por exemplo. A posse de uma área pode ser um grande negócio, diz um servidor federal do ramo. Certa vez, conta ele, uma grande mineradora tinha uma área de manganês, deixou caducar a autorização de pesquisa, a área foi a leilão em uma rodada e acabou arrematada por 250 mil reais. Tempos depois, um investidor, em nome de um fundo norte-americano, consultou o Ministério de Minas e Energia: a área valia 50 milhões de reais. O fundo a cobiçava, pois o vencedor do leilão havia decidido não a explorar e queria vender a autorização, ou seja, especular.

A 7ª rodada da ANM, colocada na praça no fim do governo Bolsonaro, foi cancelada em 2023. A 8ª, que a polícia investiga, resultou em 93 autorizações de pesquisa para a DJ Participações. A mineradora ainda espera uma decisão sobre mais nove pedidos. Enquanto a agência promovia a 8ª rodada, finalizada em outubro de 2024, o deputado Córtes esteve com um dos diretores da entidade da época, Guilherme Santana. Foi em 6 de agosto. Logo após a Operação Rejeito, a deputada Caroline de Toni, do PL de Santa Catarina, requereu informações ao Ministério de Minas e Energia. Queria saber quem entrou no prédio da pasta e na ANM de janeiro de 2023 a setembro de 2025. Na quarta-feira 25, Córtes disse a *CartaCapital*, em seu gabinete de vice-presidente da Câmara, que tinha ido tratar de uma pedreira em São Paulo acompanhado de um colega de bancada do PL, Márcio Alvino. Na resposta à requisição feita por De Toni, não há registro de entrada de Alvino na agência.

A ANM não respondeu sobre a reunião de Santana, que não é mais diretor, com o deputado. Paesler, o filho do parlamentar, esteve com outros dois di-



Acaso. Tanto Kassab quanto o ex-ministro Albuquerque negam terem exercido influência política nos negócios que os une

rigentes da autarquia: Tasso Mendonça Jr., em 30 de outubro de 2024, e Caio Trivellato Seabra Filho, em 5 de novembro do mesmo ano. Trivellato passou quatro meses preso preventivamente em decorrência da Operação Rejeito. A agência também não prestou esclarecimentos a respeito dos encontros de seus dirigentes com Paesler. De acordo com o deputado do PL, o filho tratou nessas reuniões sobre a possibilidade de áreas contíguas à fazenda da família em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, acabarem por permitir a extração, por terceiros, de minerais no subsolo da propriedade. Paesler é empresário do ramo das pedreiras. Por que se associou aos filhos de Cunha e Argello para garimpar ouro em outras regiões? Segundo o pai, é um grande negócio, pois apenas 4% do mineral em solo brasileiro teria sido extraído.

Em 2012, quando era senador, Argello apresentou um projeto para criar a ANM, no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral, na ocasião uma repartição do Ministério de Minas e Energia. Era uma lei pró-empresariado. Em 2013, a então presidente Dilma Rousseff propôs um novo Código de Mineração, para atualizar a legislação de 1967. As regras eram bem menos permissivas às empresas. Previam que a exploração ocorreria mediante concessão precedida de licitação, modelo que setores do atual governo tentam reavivar em meio aos debates sobre minerais estratégicos. Cunha foi o campeão de tentativas de mudar o texto de Rousseff. Ao assumir a presidência da Câmara em 2015, escalou um aliado para cuidar do projeto, o mineiro Leonardo Quintão, que retaliou a proposta, nunca votada. A propósito, o filho de Cunha é sócio dos filhos de Argello e Côrtes em nome de um fundo de investimento situado na Avenida Faria Lima, o VRE, em São paulo.

O ex-senador Argello esteve com o diretor-geral da ANM, Mauro Henri-



Orgulho paterno. Os filhos de Altineu Côrtes, vice-presidente da Câmara dos Deputados, e de Cunha, ex-comandante da Casa, entraram na corrida pelo ouro

que Moreira Sousa, em 23 de setembro de 2024, enquanto ainda transcorria a 8ª rodada. O almirante Albuquerque conhece o diretor-geral, foi seu chefe no Ministério de Minas e Energia. Sousa trabalhava na área jurídica da pasta. Foi indicado ao posto atual no fim do governo Bolsonaro. Ele e Albuquerque reuniram-se na agência em 28 de agosto de 2024. Segundo o ex-ministro, tratou-se de uma reunião de cortesia, na qual também se falou do setor mineral e da estruturação da agência.

Dois meses após a reunião, nasceu, em 31 de outubro de 2024, a Núcleo Brasil Energia Participações, de acordo com dados do Fisco. A Nbepar tem 11 autorizações para explorar ouro no Paraná e na Bahia e aguarda uma decisão sobre outros 82 pedidos, todos do fim de 2025. Parece uma sociedade, por vias tortuosas, entre Albuquerque e Kassab, colegas de gestão Temer. O almirante era da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa e

Kassab, ministro de Ciência e Tecnologia. Os donos da Nbepar são Jorge Nemr, advogado e empresário, e Pedro Kassab. O conselho de administração tem Albuquerque à frente. Os dois principais executivos são ex-colaboradores do almirante e do líder do PSD. O presidente é Ney Zanella dos Santos, vice-almirante. O diretor-financeiro e administrativo é Fortner. Kassab “afirma que não tem participação na indicação ou presença de Carlos Fortner na companhia”. Anteriormente, tinha dito à *Folha* que “nunca atuou em assuntos relacionados ao tema ou à empresa”.

O “tema” em questão é a pimenta por trás da Nbepar e da aliança do kassabismo com Albuquerque. Em Santa Catarina, há um complexo termoeletrico movido a carvão natural, combustível altamente poluidor, chamado Jorge Lacerda. Era estatal até 1997. No ano seguinte, foi comprado pela Tractebel, multinacional depois renomeada de En-

Os filhos de Altineu Côrtes, Eduardo Cunha e Gim Argello são sócios em uma mineradora

gie. A empresa decidiu livrar-se da usina em meados da década passada, por razões ambientais. No ano do anúncio, 2017, foi criada a Diamante Energia, que viria a ser a controladora do complexo termoeletrico a partir de 2021. Antes de a venda à Diamante ser consumada, eram necessárias certas decisões em Brasília. Uma delas: a garantia do governo federal de que a usina continuaria a integrar o sistema gerador e teria subsídios rateados entre os consumidores. O rateio foi assegurado enquanto Albuquerque era ministro de Minas e Energia, com o apoio do PSD de Kassab.

Em 2019, o senador catarinense Esperidião Amin, do PP, propôs uma lei para pequenas centrais elétricas receberem subvenção. O projeto andou assim que a Engie topou vender a Jorge Lacerda à Diamante, que criou em 2021 uma *holding* nova para sacramentar a transferência do controle. Os sócios são os filhos de Pedro Kassab e a família Nemr. O projeto de Amin foi aprovado em setembro daquele ano a toque de caixa na Comissão de Infraestrutura do Senado, comandada na ocasião por um senador catarinense, o emedebista Dario Berger, e na Comissão de Assuntos Econômicos, cujo presidente era do PSD de Kassab, o baiano Otto Alencar. Da CAE foi direto à Câmara dos Deputados, onde foi alterado para dar um subsídio expresso à usina por 15 anos. O autor da mudança também era do PSD, Ricardo Guidi, de Santa Catarina. A lei foi aprovada no Congresso em dezembro de 2021 e sancionada no mês seguinte por Bolsonaro e Albuquerque.

Era possível não ter havido sanção, mas veto? Era. Em março de 2022, PSB, PSOL e Rede ingressaram no Supremo Tribunal Federal com uma ação pela inconstitucionalidade da lei. Segundo a peça, o subsídio a uma usina de carvão incentiva o uso de um combustível poluidor e a defesa ambiental faz parte de dispositivos constitucionais. O STF até hoje não se pronunciou. No mês passado, o Ministério de Minas e Energia baixou o último ato necessário para a Jorge Lacerda embolsar em torno de 28 bilhões de reais por 15 anos de operação subsidiada. O ato foi assinado por Gustavo Ataíde, secretário de Transição Energética. Ataíde foi da equipe de Albuquerque na pasta. O almirante disse à reportagem que a lei de 2022 não foi proposta pela gestão Bolsonaro e que os procedimentos finais se deram no governo Lula. Ataíde acaba de ser nomeado chefe de gabinete do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Outro filiado ao PSD de Kassab. •



Agenda. Quando era senador, Argello apresentou o projeto de criação da ANM

O leito dos rios

AMAZÔNIA Lula atende a reivindicação indígena e revoga o decreto que previa a concessão de hidrovias na floresta

A revogação do Decreto 12.600, anunciada pelo governo federal na segunda-feira 23, representa um dos raros momentos em que os povos indígenas conseguiram desbancar a estrutura e o poder do agro-negócio. A medida cancelou, ao menos por enquanto, o projeto de concessão de hidrovias na Região Amazônica à iniciativa privada, que visa aperfeiçoar a estrutura logística para o escoamento de *commodities*, principalmente a soja. O texto, assinado pelo presidente Lula em agosto de 2025, previa a inclusão dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização.

Em dezembro, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) publicou um edital para a contratação de dragagem no Tapajós, motivo pelo qual os indígenas iniciaram um movimento para denunciar a “privatização dos rios amazônicos”, sem consulta prévia às comunidades afetadas, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Em 22 de janeiro, um pequeno grupo ocupou instalações da multinacional Cargill no Terminal Portuário de Santarém, no Pará, para ampliar a pressão sobre o Palácio do Planalto. As manifestações não pararam de crescer e, após um mês, já reuniam mais de 1,2 mil indígenas, de 14 etnias, que só suspenderam os protestos após a revogação do decreto.

O governo ainda tentou prolongar as negociações ao suspender a licitação da dragagem, sem tocar no Decreto 12.600, mas os manifestantes não se deram por satisfeitos. Exigiram a exclusão dos rios amazônicos do plano de desestatização. Os indígenas alegam que obras de grande porte ameaçam territórios tradicionais e locais considerados sagrados, além de colocar em risco a segurança alimentar da população, que tem na pesca não apenas uma fonte de renda, mas também de subsistência. Com o objetivo de aprofundar a calha e permitir a navegação de embarcações maiores, a dragagem ainda poderia comprometer sítios arqueológicos existentes na região, alertam os críticos.

“Não é uma vitória só dos povos indígenas, é uma vitória da Amazônia, das águas, da floresta, dos territórios. Esta luta tem um significado muito grande, porque, ultimamente, temos sido obrigados a negociar direitos, vivemos de compensações. Nossos rios são sagrados e inegociáveis”, afir-

ma Auricélia Arapiuns, liderança do Baixo Tapajós, ao deixar uma reunião no Palácio do Planalto com os ministros Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas. Conhecida como Auri, ela participou da audiência que culminou com a revogação do decreto. “Boulos abriu o encontro dizendo que a decisão poderia sair ainda esta semana, mas queríamos uma resposta imediata. Depois de muita insistência, ele pediu 30 minutos, saiu da sala e retornou informando que o presidente Lula havia concordado com o nosso pedido”, relatou. “Nossos parentes acampados no Tapajós receberam a notícia com um ritual, envolvendo dança, canto e agradecimentos.”

Em entrevista coletiva após a reunião, Boulos ressaltou o compromisso de Lula em dialogar com os povos indígenas. “Este não é um governo que passa a boiada, que atropela a floresta e os povos originários”, afirmou o ministro. “Reconhecemos o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme já anunciado na COP30, em respeito à Convenção 169 da OIT”, acrescentou Guajajara. Em novembro do ano passado, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Belém, o secretário-geral da Presidência havia assegurado às lideranças que, diante de qualquer empreendimento na região, o governo respeitaria o processo de consulta prévia.

“A gente não esperava que, um mês depois, esse mesmo governo publicasse um edital de 75 milhões de reais para a dragagem do Rio Tapajós. É difícil acreditar que seria apenas um serviço de rotina, pois uma intervenção convencional custa um terço desse valor. Para os indígenas, que deram um voto de confiança, isto soou como afronta. Por isso decidiram ocupar o terminal da Cargill em Santarém”, explica o ambientalista Caetano Scannavino, do Projeto Saúde e Alegria, que atua há 40 anos na região do Tapajós.

Manifestantes de 14 etnias ocuparam o terminal da Cargill no Porto de Santarém



Dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) mostram que, apenas em 2024, a Hidrovia do Tapajós movimentou 14,6 milhões de toneladas em cargas. A meta é elevar esse volume para 66 milhões em dez anos, segundo o Plano Setorial Hidroviário 2035, elaborado no governo Bolsonaro e mantido pela atual gestão. Com a revogação do decreto e diante das eleições de outubro, a expectativa é de que a iniciativa só volte à pauta no próximo ano. “As ameaças são muitas e não vão cessar com o fim do decreto. O avanço do agronegócio na região está em curso, mas ali também existe um povo que resiste e vai se levantar para proteger seus territórios e seus rios”, afirma Auri, que esteve na linha de frente dos protestos no terminal portuário da Cargill.

Dias antes da revogação do decreto, barcos ocupados por indígenas intercep-

taram uma embarcação que transportava grãos no trecho urbano do Tapajós. Uma das maiores exportadoras agrícolas do País, a Cargill chegou a acionar a Justiça Federal para solicitar a remoção dos manifestantes do terminal, mas o pedido de reintegração de posse não chegou a ser cumprido. Em 2025, a unidade da empresa movimentou mais de 5,5 milhões de toneladas de soja e milho – volume equivalente a mais de 70% dos embarques de grãos no porto paraense –, evidenciando o peso estratégico da hidrovia para o setor.

Os produtores também apostam em intervenções no chamado Arco Norte, como a duplicação da BR-163 e a Ferrogrão, ferrovia planejada para ligar o norte de Mato Grosso ao Tapajós, no Pará. Logo após a queda do Decreto 12.600, o Tribunal de Contas da União recomendou sus-

Conquista. “Nossos parentes acampados no Tapajós receberam a notícia com um ritual, envolvendo dança, canto e agradecimentos”, relata Auricélia Arapiuns

pendar o projeto da Ferrogrão e orientou a realização de audiências públicas, além de consulta prévia às comunidades indígenas antes de eventual concessão.

“A gente sabe que existe ali uma aliança histórica entre as elites nacionais e o capital internacional, que vê na floresta uma promessa de rentabilidade. A demora na revogação do decreto evidencia o peso dessas conexões. Grandes empreendimentos de infraestrutura, mineração e agronegócio não atuam apenas no plano econômico: infiltram-se nas instituições, influenciam pareceres técnicos e moldam discursos oficiais”, critica o ambientalista Pedro



Ivo Batista, presidente da Associação Alternativa Terrazul e membro do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS). “A chamada ‘segurança jurídica’ frequentemente significa garantir estabilidade aos investidores, ainda que à custa da segurança e da sobrevivência de povos indígenas e ribeirinhos.”

“O Tapajós tornou-se palco de um conflito civilizatório. De um lado, a lógica que transforma tudo em mercadoria. De outro, modos de vida que reafirmam a interdependência entre seres humanos e a natureza. A revogação do decreto vai além de corrigir um erro jurídico: sinaliza uma ruptura com a tradição extrativista que marca a história nacional e reconhece que os rios não são obstáculos ao progresso, mas condições essenciais da vida”, conclui o sociólogo Adilson Vieira, da Articulação e Parcerias da Rede GTA e do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico (IPDA).

Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) ressaltava que a revogação é uma conquista coletiva, resultado da intensa pressão política e social contra a iniciativa. “Desde o início, denunciávamos os impactos do decreto, como a ameaça à

A Hidrovia do Tapajós transportou 14,6 milhões de toneladas em 2024, estima a Antaq

segurança alimentar e à integridade ecológica da região, incluindo a previsão de dragagens agressivas e erosão das margens, sem o devido respeito ao direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé”, afirma o documento, citando ainda a Constituição Federal e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção 169 da OIT.

A decisão anunciada por Boulos e Guajajara expôs ainda uma divisão dentro do governo Lula, uma vez que parte dos ministérios não apenas defendia a manutenção do decreto e das obras de dragagem, como também acionou órgãos internos para conter os protestos. No domingo 22, véspera da revogação, a pasta dos Portos e Aeroportos divulgou uma nota informando que havia acionado a Companhia Docas do Pará e a Advocacia-Geral da

Meta. O Plano Setorial Hidroviário prevê aumentar para 66 milhões de toneladas a movimentação de cargas no rio até 2035

União. “O direito à manifestação é garantido pela Constituição, mas atos que gerem violência, invasões ou ocupações irregulares são ilegais e não serão tolerados”, afirmava o texto. O comunicado também enfatizou que o Decreto 12.600 não trata da privatização de hidrovias, “apenas autoriza a realização de estudos técnicos”.

“É um governo que vive uma disputa interna permanente, e sabemos que meio ambiente e questões indígenas não fazem parte do núcleo duro da gestão. Reconhecemos os esforços da ministra Sônia Guajajara por conseguir virar a chave nesse contexto de disputas internas, e sabemos que a mobilização foi fundamental. Agora, o que vem pela frente ainda é incerto. Mas qualquer medida futura precisa respeitar a lei”, diz Scannavino. “Não é aceitável que a Amazônia seja dominada exclusivamente pelos interesses de um setor econômico, no caso o agronegócio. É necessário haver equilíbrio entre as partes, considerando o quanto qualquer intervenção pode impactar o meio ambiente e as populações que vivem na região.”

A gerência regional do Ibama em Santarém também havia recomendado a suspensão do projeto de dragagem do Rio Tapajós, até que fosse realizado um estudo de impacto ambiental. A nota técnica destacava que a obra provocaria aumento da turbidez da água e da concentração de sedimentos em suspensão, afetando organismos como crustáceos e peixes, que dependem do substrato para alimentação, abrigo ou reprodução. As intervenções poderiam ainda afetar processos ecológicos sensíveis e etapas críticas do ciclo de vida das espécies, como migração, aglomeração dos reprodutores nas áreas de desova e formação de bancos de areia propícios para abrigar ovos. •

– por Fabíola Mendonça

A tentação da certeza em sistemas complexos

POR **GUSTAVO RIBEIRO**, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

Tornaram-se recorrentes os casos em que debates sobre temas de saúde são sustentados por narrativas preconcebidas, muitas vezes maniqueístas. Isso ocorre sobretudo em fóruns públicos, onde é comum que a relação entre operadoras e beneficiários seja retratada de forma opositiva, quase bélica, entre lados supostamente antagônicos. Essa construção, que pouco contribui para o sistema ou para a sociedade, ganha uma camada adicional de complexidade quando o Judiciário é chamado a exercer o papel de mediador.

Antes do ponto central, duas observações. Primeira, é inquestionável o compromisso dos julgadores com a aplicação da lei, sempre com base nos princípios gerais do direito e nas regras hermenêuticas. Segunda, é claro que há algo que está acima de qualquer discussão: decisão judicial é para ser cumprida. A questão é que, quando juízes se veem diante de casos que envolvem a vida de uma pessoa de um lado e um sistema regulado e peculiar de outro, nem sempre prevalece o desejável distanciamento.

É dessa compreensível e legítima perspectiva, inerente à própria condição humana, que nasce um dos maiores equívocos no debate sobre a judicialização da saúde: a lógica aparentemente irrefutável segundo a qual, se o Judiciário concedeu o direito, ele de fato existe. O problema é que esse raciocínio encerra uma falácia de autoridade, ao ignorar a complexidade técnica do setor e os efeitos sistêmicos das decisões individuais. Uma decisão pode estar correta sob a ótica legal e regulatória e, ainda assim, ser percebida como injusta pelo beneficiário. Ou o inverso: pode parecer justa ao cidadão, mas com potencial de impactar



Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

negativamente o modelo do mutualismo que protege o grupo de usuários.

Um exemplo que ilustra o forte impacto negativo é o da concessão judicial de procedimentos por meio da quebra de carência. Esse dispositivo serve para proteger a coletividade de beneficiários que se unem em mutualismo para cobrir gastos futuros com eventos imprevisíveis de saúde. Se todos pagassem em um dia e pudessem, em seguida, consumir os recursos estocados, o sistema quebraria, uma vez que não haveria prazo para se juntarem recursos suficientes para cumprir as coberturas demandadas pelos demais membros da coletividade, ou seja, os outros beneficiários.

É importante ressaltar que o acesso à Justiça é direito constitucional e que a judicialização da saúde, quando devida, é um instrumento de correção. No cenário atual, porém, muitas vezes é sintoma de insegurança jurídica, de ausência de informações qualificadas ou de uma compreensão imperfeita de direitos e deveres.

Aperfeiçoar o processo decisório – com mais apoio técnico, a exemplo dos NATJus, Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário, e menos simplificação narrativa – é um passo essencial para garantir a segurança clínica do beneficiário e o equilíbrio econômico sustentável das operadoras.

E ainda atacam a Lei Rouanet

FARRA Deputados bolsonaristas destinam milhões de reais em emendas a projetos opacos do judoca Tiago Camilo

POR FELIPE CASTANHEIRA

Medalhista olímpico, o judoca Tiago Camilo criou em 2012 uma ONG com o objetivo de ensinar o esporte a crianças carentes em áreas periféricas. Durante quase uma década o projeto caminhou a passos lentos. Até maio de 2021, a fundação, que leva o nome do atleta, se restringia ao bairro de Paraisópolis, em São Paulo, com capacidade para receber, no máximo, 300 menores em condição de risco. A situação mudou na segunda metade do mandato de Jair Bolsonaro. Em 2021, numa reunião, em Brasília, do atleta com o então presidente e o filho dele, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, abriu-se o baú da felicidade para a fundação. No ano seguinte, o instituto foi autorizado, pelo Ministério da Cidadania, a captar 6 milhões de reais por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. No mesmo período, Eduardo e o colega Diego Garcia, filiado ao Republicanos do Paraná, começaram a destinar emendas parlamentares à entidade. Em 2023, outros parlamentares se somaram ao esforço e carimbaram um total de 7,5 milhões de reais para a abertura de escolas de judô em vários estados.

Nikolas Ferreira (PL-MG), Mário Frias (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), General Girão (PL-PR), Luiz Lima (Novo-RJ), Amália Barros (PL-MT) e Roberta Roma (PL-BA), a fina flor do bolsonarismo, formam a “bancada de Camilo”. Os repasses pavimentaram o crescimento exponencial do projeto, presente hoje em 24 municípios de 12 estados. O instituto alega ter “impactado a vida” de mais de 30 mil brasileiros, seja lá o que a frase signifique, e diz atender atualmente 3.791 crianças. Apesar da propaganda inspirada em manuais de autoajuda, a taxa de ocupação nos centros esportivos não chega, porém, a 65% das vagas disponíveis. Em São Paulo, dos 1,5 mil lugares oferecidos em cinco CEUs da capital paulista, há 957 alunos inscritos. Nem por isso Eduardo Bolsonaro reavaliou o tamanho e a eficiência de sua generosidade. Entre 2023 e 2024, o

O número de alunos de judô é bem menor do que as vagas ofertadas

parlamentar empenhou 1 milhão de reais para a instituição. O apoio só foi suspenso após o Supremo Tribunal Federal proibir a liberação das emendas do parlamentar faltoso, autoexilado nos Estados Unidos e, portanto, em descumprimento do mandato legislativo.

O relatório das unidades do Paraná, onde foram instalados cinco centros, aponta 596 “judocas no tatame”, termo vago que não indica se os alunos ainda frequentam o curso ou se apenas assistiram temporariamente às aulas. Ainda assim, o deputado Diego Garcia voltou a destinar emendas para a ONG no valor de 600 mil reais. A reportagem solicitou informações ao Instituto Tiago Camilo sobre a capacidade de alunos em cada polo, mas não obteve resposta. Em Minas Gerais, os 700 mil reais repassados por Nikolas Ferreira foram direcionados a duas unidades, uma em Belo Horizonte, que recebeu 340 mil, e outra em Montes Claros, no norte do estado, com 360 mil reais. Em vídeo publicado nas redes sociais durante a inauguração do *dojo* na capital mineira, Ferreira afirmou que o projeto atenderia 310 alunos, mas se esqueceu de esclarecer que em BH seriam 150 ao todo. Embora o número de vagas seja limitado, no fim do ano passado, somente 90 alunos estavam matriculados.

A gestão financeiro-administrativa do instituto é um tanto caótica. Apesar de ser uma entidade sem fins lucrativos, a fundação pagou mais caro pelos materiais de treinamento. Durante a inauguração do centro em Montes Claros, a fabricante de quimonos Dragão, que tem Tiago Camilo como garoto-propaganda, comemorou o uso de seus uniformes pelos alunos do projeto social. No site da empresa, o *kit* com quimono e faixa custa 165 reais, mas a ONG desembolsou 235 por conjunto. Na prestação de con-



Bancada do Camilo.

Os deputados Nikolas Ferreira e Bia Kicis aprovaram o envio de dinheiro para a ONG do judoca. Sem verba pública, o instituto não sobreviveria

tas anual de 2024, última disponível no site, o instituto informa que a principal despesa se refere às fardas entregues às crianças. Foram 1,45 milhão de reais empregados na aquisição de, aproximadamente, 3,6 mil quimonos, 4,8 mil camisetas, 3,6 mil faixas e 1,2 mil mochilas.

A respeito da fiscalização das atividades da ONG, o deputado Nikolas, que reservou, via emendas, quase 600 mil reais à iniciativa neste ano, desconversou. “Nossa equipe se desloca até o local previsto para o desenrolar do projeto e faz questão de participar inclusive de sua inauguração, mas como os recursos (material e pessoal) são escassos, não é possível fiscalizar *in loco* todos os dias e para isso contamos com parceiros que desempenham esta função, quando necessário.” Segundo o parlamentar, a fiscalização e a checagem antecipada das condições de execução do projeto cabem à União, por meio do Ministério do Esporte. A pasta limitou-se, por sua vez, a ensinar o passo a passo da

O instituto paga mais pelos materiais do que os fornecedores cobram na praça

consulta às informações referentes às emendas parlamentares na base de dados públicos oficiais do governo federal. Parte dos materiais adquiridos pelo instituto é produzida pelo próprio Tiago Camilo, entre eles o livro de atividades *As Aventuras do Tiaguinho*, por 59,90 reais a unidade. Outro item são os quebra-cabeças gigantes personalizados, ao custo unitário de 350 reais – em um total de 8 a 16 para cada estado.

Sem as emendas parlamentares, o projeto do judoca teria sofrido um *ippon* da realidade. Dois anos atrás, dos 6,4 milhões de reais arrecadados pelo instituto, meros 236 mil tiveram origem em doações individuais ou de empresas. Apesar da dependência do dinheiro público, “do seu, do meu, do nosso”, a instituição jacta-se de trabalhar “com planejamento contínuo para garantir a

manutenção das atividades, buscando diversificação de fontes de financiamento, parcerias privadas e novos apoiadores, de modo a assegurar a sustentabilidade dos polos já existentes”. O volume das verbas de emendas parlamentares e sua fiscalização não é um debate recente. O caso do Instituto Leo Moura Sports, campeão de emendas parlamentares entre 2020 e 2022, ao receber 45 milhões de reais, foi emblemático. Após uma série de denúncias, a Controladoria-Geral da União fiscalizou as contas do projeto do ex-lateral do Flamengo, coincidência ou não, um bolsonarista empedernido como Tiago Camilo, e apontou superfaturamento de 778,9 mil reais em aquisição de materiais, locações e contratações de serviços, e de 1,91 milhão em não comprovação dos quantitativos dos itens e das prestações de serviços.

Para Rafael Barros Barbosa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, os recursos destinados por emendas estão fora dos padrões internacionais. “Em nenhum outro lugar do mundo se tem um volume tão significativo de recursos destinados a esse tipo de emenda.” O volume das verbas disponíveis, prossegue, gera novos problemas. “Uma vez que a quantia é grande e os deputados e senadores têm liberdade para alocar o dinheiro para onde eles desejam ou acham mais importante, esse recurso se pulveriza muito e dificulta a fiscalização. Tivemos casos em que práticas de corrupção foram identificadas e, quando os deputados são questionados a respeito, eles respondem que apenas destinam os recursos, não fazem a fiscalização.” Neste ano, o Congresso terá o poder de decidir a aplicação de 61 bilhões de reais do orçamento federal. Do total, 38,7 bilhões são de emendas impositivas, ou seja, o governo, mesmo a contragosto, é obrigado a executar no ano corrente. •

Conexão. O encontro com Jair Bolsonaro, então na Presidência, e Eduardo abriu as portas e janelas para o empreendimento do atleta



MARIA RITA KEHL

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo



Maternidades

► Cada mãe vivencia experiências tão singulares que é arriscado, ou mesmo temerário, falar delas no singular

É importante escrever no plural: a experiência da maternidade não é a mesma para todas as mulheres, assim como a paternidade não é vivida da mesma forma pelos homens. Jacques Lacan, aquele pedante genial, dizia que as mulheres precisam ser compreendidas uma a uma. A diferença subjetiva entre elas torna impossível pensá-las no coletivo. Não sei se concordo integralmente com esse raciocínio, mas, no que se refere à maternidade, sim: essa experiência é realmente muito diferente para cada mulher.

Vejamos alguns exemplos, e começo pelo pior. Como será a experiência da maternidade para uma vítima de estupro? Algumas haverão de abortar, decisão que considero legítima. Outras, por questões religiosas, talvez se sintam obrigadas a levar a gestação até o fim. Infelizmente, com alguma frequência, mulheres que tiveram filhos de seus agressores, para não sofrer algum castigo divino, acabam por castigar, elas próprias, as pobres crianças indesejadas. Seria Deus um déspota incapaz de compreender os problemas enfrentados por suas criaturas? E o que dizer das mães impelidas a parir fetos anencéfalos, sem chance de sobreviver fora do ventre materno?

“Ser mãe é padecer no paraíso.” O ditado popular talvez tenha sua razão de existir: a chegada do bebê pode representar, para

muitas mulheres, uma experiência para-disiaca e, ao mesmo tempo, dolorosa. De fato, padeci no nascimento de minha filha: urrava de dor no parto. Já na vez de meu filho, anos antes, a cesariana com anestesia poupou-me de sofrimento maior.

As experiências são tão distintas, mesmo quando nos referimos à mesma mulher, que não há mesmo como tratar a maternidade no singular. Cada mãe vivencia seus momentos de enlevo e de desamparo, até porque os bebês não chegam ao mundo com bula ou manual de instruções. É comum que uma mãe oscile entre a alegria intensa e a extrema impaciência, quando não a raiva, sobretudo quando o bebê não dá trégua no choro. Ah, as cólicas dos primeiros dias... que dificuldade em confortá-los nesse período!

Nessas ocasiões, é igualmente comum que as mulheres sejam acometidas por um forte sentimento de culpa. Sim, as mães são muito mais suscetíveis à culpa do que os pais: a cada pequeno erro no trato com o bebê, submetemo-nos a uma série de chibatadas morais.

Mães não podem errar? Penso exatamente o contrário: o pior que pode acontecer a uma criança é ter uma mãe impecável, “perfeita”. Ou, em termos psicanalíticos, “não castrada”. A fantasia de onipotência materna frequentemente dificulta a autonomia dos filhos e produz culpa naqueles que, eventualmente, precisam confrontar a mãe controladora.

Cada mulher pode experimentar múltiplas formas de maternidade ao longo da vida. Que o digam meus filhos: o mais velho encontrou em mim, ao menos nos primeiros tempos, uma “piloto de provas” inexperiente. Felizmente, pude contar com o auxílio luxuoso da avó dele, que adorava ter sido mãe – minha

e de meus três irmãos. Graças a ela, tive enorme amparo. Minha filha, nascida de outro pai seis anos depois, teve desde os primeiros meses uma mãe melhor: menos aflita e um tiquinho mais experiente.

Evidentemente, a experiência da maternidade não se resume ao parto nem aos primeiros meses de vida dos filhos. Vai muito além, atravessada pelas lindas surpresas do crescimento – desde as primeiras palavras balbuciadas até os raciocínios, ora confusos, ora precisos, daqueles que começam a dominar a fala. Certa vez, depois de levar uma bronca, meu filho se afastou um pouco e, em seguida, voltou, alarmado: “Mãe, por que, quando você briga comigo, eu fico pensando que você vai morrer?” Eu o abracei, assegurei-lhe minha “imortalidade” e não lhe contei o pensamento que me ocorreu: talvez, magoado ou irritado pela bronca, ele não tenha conseguido evitar de pensar: “Eu quero que você morra!”

Imagino isso porque minha infância ficou marcada por discussões seriíssimas com meu pai. Ele tinha a generosidade de debater comigo “de igual para igual”. Sem repertório, é claro que eu perdia todas as contendas. Saía da sala humilhada, desejando a morte dele – e, nesse caso, não sentia culpa nem medo de que meu “desejo” se realizasse. O lugar do pai, em nosso inconsciente, é muito menos vulnerável que o da mãe. A não ser... no caso das mães onipotentes. Perigosíssimas: à sombra delas, dificilmente o embrião de um adulto autônomo consegue crescer.

P.S.: Mais tarde, um amigo riponga me ensinou a deitar meu filhote de bruços sobre minha barriga: o calor materno acalmava as cólicas. Funcionou! •

redacao@cartacapital.com.br

"Rapa" proibido

SÃO PAULO Projeto de Lei pretende regulamentar o comércio ambulante com veto à polícia nas fiscalizações

POR MARIANA SERAFINI

Um guarda municipal desfe-
re golpes de cassetete nos
braços de um vendedor am-
bulante que reluta em soltar
o carrinho de bebidas. Para
forçá-lo a liberar a mercadoria, outros
agentes acionam *spray* de pimenta, atin-
gindo foliões que acompanhavam a abor-
dagem. A cena, registrada em vídeo duran-
te o carnaval paulistano, viralizou e pro-
vocou indignação. A brutal repressão ape-
nas escancarou a violência cotidiana a que
esses trabalhadores estão submetidos. Pa-
ra enfrentar o problema, os deputados es-
taduais Eduardo Suplicy e Luiz Cláudio
Marcolino, ambos do PT, protocolaram
um Projeto de Lei que regulamenta o co-
mércio e a prestação de serviços em áreas
públicas em São Paulo, além de restringir
a atuação policial nas fiscalizações.

O PL 1382/25 instituiu o "Pacto Estadual
de Apoio ao Comércio e à Prestação de
Serviços Ambulantes", com o objetivo de
promover condições laborais decentes, se-
guras e dignas. A proposta determina que
o governo paulista estabeleça protocolos
para a atuação de agentes públicos, vedan-
do "a utilização da Polícia Militar para fis-
calização de posturas administrativas, in-
clusive mediante convênios". Seria o fim
do "rapa", nome dado ao tumulto gerado
pelas ações repressivas. "Acompanho esse
conflito há dez anos. De lá para cá, a GCM
e a PM têm agido com mais violência, com

episódios que já resultaram até na mor-
te de um trabalhador", lamenta Suplicy.

Marcolino afirma que a regulamen-
tação pode garantir segurança jurídica
a trabalhadores e consumidores. "Com
regras claras e mecanismos de controle,
será possível evitar a venda de produtos
falsificados ou ilícitos", destaca. Diferen-
temente de outras iniciativas, a proposta
abrange todo o Estado e prevê gestão bi-
partite, em que fiscalização e acompanha-
mento do pacto são feitos em conjunto pe-
las prefeituras e por entidades representa-
tivas dos ambulantes. "Se o comércio am-
bulante for estruturado, não haverá mais
necessidade de a polícia se dedicar à fisca-
lização. Assim, poderá concentrar esfor-
ços na segurança da população, como no
combate a furtos e roubos." O projeto tam-
bém prevê linhas de crédito para fomen-
tar negócios e cursos profissionalizantes.

A proposta atende às reivindicações
dos trabalhadores organizados. Inte-

**Trabalhadores
queixam-se das
violentas abordagens
e do sumiço de
mercadorias
apreendidas**

grante do Fórum dos Ambulantes, Laís
Rodrigues de Souza afirma que o prin-
cipal desafio é enfrentar a violência po-
licial. "Parece que a polícia tem ordem
para massacrar o trabalhador", desaba-
fa a vendedora, que há oito anos sobrevi-
ve da comercialização de roupas, guarda-
-chuvas e bebidas nas ruas do Brás, po-
lo de comércio popular na capital pau-
lista. Segundo ela, a truculência "piorou
muito com a chegada de Ricardo Nunes
à prefeitura". Gilvânia Gonçalves com-
partilha dessa avaliação. Em 2019, quan-
do começou a vender tapioca nas imedia-
ções da Estação Carrão do Metrô, "a po-
lícia não corria atrás para bater nos am-
bulantes", recorda a fundadora do Mo-
vimento dos Trabalhadores Sem Direi-
tos. "Agora está terrível, especialmente
depois da Operação Delegada."

A Operação Delegada resulta de um
acordo entre a prefeitura e o governo do
Estado, que permite aos policiais milita-
res atuar nas horas de folga em ações de
fiscalização do comércio informal. Nesse
"bico" regularizado, o PM recebe bônus de
até 3 mil reais. O resultado tem sido desas-
toso, avalia o Ouvidor das Polícias, Mau-
ro Caseri. "Quando apenas a GCM realiza-
va esse trabalho, havia menos conflitos."

Caseri defende o fim desse convênio,
com a incorporação do bônus ao salário
dos PMs. "Da forma como está, esse valor
não incide sobre férias ou décimo tercei-
ro salário, além de comprometer o des-
canso, fundamental para que o agente re-
torne ao trabalho em plenas condições
físicas", explica.

A advogada Ananda Endo, do Cen-
tro Gaspar Garcia de Direitos Hum-
anos, atua na defesa de dezenas de am-
bulantes e aponta que a situação começou a
se agravar durante a gestão de Gilberto
Kassab (2006–2012), quando passaram
a ser cassados os Termos de Permissão de
Uso, criados por Luiza Erundina nos anos



Denúncia.

Laís Rodrigues observa que a truculência aumentou com a Operação Delegada. Mamadou Ka relata episódios de racismo e xenofobia

1990. “Com isso, os ambulantes foram empurrados para a informalidade”, lamenta.

Essa vulnerabilidade criou terreno propício para abusos. Segundo a especialista, tornou-se comum que os agentes da Operação Delegada não cumpram os protocolos de fiscalização. “O correto, durante uma apreensão, é contar todos os itens, lacrar a carga e encaminhá-la ao depósito.” No entanto, observa-se uma violação sistemática: “Muitas vezes, ao tentar resgatar sua mercadoria, o ambulante é informado que a carga foi extra-

viada ou recebe de volta uma quantidade de muito inferior à apreendida”.

O assassinato do ambulante senegalês Ngagne Mbaye, em abril do ano passado, representa um divisor de águas, segundo a advogada. “Desde então, há uma escalada da violência policial, principalmente no Brás.” Mbaye foi morto a tiros por um policial ao resistir à apreensão de mercadorias. “Naquele momento, ele estava almoçando e nem chegava a expor os produtos. Foi uma ação totalmente arbitrária”, lembra. Em fevereiro, dez meses após o crime,

a Justiça arquivou o caso a pedido do Ministério Público, sob alegação de que o policial agiu em legítima defesa. “Esse arquivamento coloca a comunidade de imigrantes em situação ainda mais vulnerável.”

“Hoje, a gente trabalha com revolta, porque, ao matar um dos nossos irmãos, a polícia acabou com uma família inteira”, indigna-se o ambulante também senegalês Mamadou Ka. Há dez anos, quando atravessou o Oceano Atlântico em busca de oportunidades no Brasil, trouxe consigo a experiência administrativa adquirida na prefeitura de Thies, uma das três maiores cidades do Senegal, e tem usado esse conhecimento para auxiliar outros ambulantes nos trâmites burocráticos para exercer o trabalho. Hoje, ele preside a Associação dos Camelôs e Empreendedores de Nações do Estado de São Paulo, que reúne 600 associados de mais de 55 nacionalidades. “Não pedimos favor algum. Apenas queremos o direito de trabalhar com dignidade e integrar a economia formal.”

Os associados contribuem com 1 real por dia para uma “caixinha de solidariedade”. “Quando alguém perde mercadoria, usamos esse dinheiro para repor, e o trabalhador vai pagando aos poucos”, explica Ka. O fundo também serve para comprar cestas básicas ou ajudar a pagar o aluguel de quem teve o faturamento comprometido por apreensões arbitrárias. Ambulantes estrangeiros relatam ainda episódios de xenofobia e racismo. “Muitos policiais nos xingam, nos mandam voltar para nossos países. Não é esse o comportamento esperado de quem deveria proteger a população.”

Em nota, a prefeitura afirma que “a Guarda Civil Metropolitana atua em conformidade com a legislação vigente e com os protocolos institucionais”. O comunicado não aborda, porém, as denúncias sobre abusos na Operação Delegada nem o assassinato de Ngagne Mbaye. •

Porta aberta

SAÚDE O SUS ganha reforço de grandes grupos privados para reduzir as filas de cirurgias

POR RODRIGO MARTINS

Concebido para reduzir o tempo de espera nos atendimentos no SUS, o programa Agora Tem Especialistas ganhou novo impulso neste ano. No início de fevereiro, a Amil tornou-se o quarto grande grupo privado a abrir as portas de seus hospitais para pacientes da rede pública, juntando-se à Hapvida, ao Grupo Athena e à Rede D'Or, que haviam formalizado a adesão no ano anterior. Pelo acordo, a Amil deve realizar mil cirurgias em três unidades de sua rede no Rio de Janeiro até o fim do ano. Como contrapartida, a empresa poderá abater até 4 milhões de reais em impostos futuramente pela oferta gratuita de mastectomias, angioplastias e outros procedimentos.

As filas no SUS são um gargalo histórico que se agravou durante a pandemia. Para priorizar o atendimento de pacientes com Covid-19, milhões de procedimentos de média e alta complexidade foram adiados no auge da crise sanitária. Diante da gigantesca demanda reprimida, o programa Agora Tem Especialistas promoveu uma série de mutirões na rede pública, além de levar unidades móveis – as populares “carretas da saúde” – a regiões desassistidas. Deu resultado: em 2025, foram realizadas 14,7 milhões de cirurgias eletivas, superando o recorde de 13,6 milhões registrado no ano anterior. Mesmo com os avanços, o sistema continua sobrecarregado.

A grande inovação do programa, a partir do segundo semestre do ano passado, foi ampliar os atendimentos também na rede privada, por meio de dois mecanismos. Um deles é a troca de procedimentos por créditos financeiros federais, que podem ser usados para abater dívidas tributárias ou compromissos fiscais futuros, como decidiu fazer a Amil. O outro diz respeito às operadoras de planos de saúde, obrigadas desde 1998 a ressarcir o SUS sempre que um de seus beneficiários é atendido na rede pública. Só em 2024, as cobranças nessa modalidade somaram 956,7 milhões de reais, dos quais 769,4 milhões foram efetivamente repassados aos cofres públicos, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Agora, parte desses valores pode ser compensada com a prestação de serviços. Para quitar 4,8 milhões de reais do montante devido, a Hapvida se dispôs,

Amil, Hapvida, Grupo Athena e Rede D'Or aderem a programa federal e passam a atender pacientes da rede pública

por exemplo, a realizar 3,7 mil cirurgias e procedimentos ambulatoriais em quatro hospitais de sua rede no Rio de Janeiro, sem custos para a população.

Em seis meses, o Ministério da Saúde recebeu 390 propostas de adesão ao programa, das quais 57 foram aprovadas após criterioso processo de análise envolvendo gestores municipais e estaduais do SUS. As contratações somam 233 milhões de reais e crescem em ritmo acelerado, segundo Rodrigo Oliveira, diretor do Agora Tem Especialistas. “Podemos ampliar o atendimento sem que União, estados e municípios gastem 1 real. É uma nova fonte de financiamento”, observa o gestor. “Temos um limite anual de 3 bilhões de reais para renúncia de arrecadação nessas duas modalidades (*crédito tributário e ressarcimento ao SUS*) e pretendemos alcançar esse teto até o fim do ano. A ideia é usar todo o recurso disponível.”

O programa, explica Oliveira, foca em seis áreas prioritárias, com as maiores filas ou que exercem maior impacto sobre a mortalidade e a qualidade de vida dos brasileiros: cardiologia, oncologia, ortopedia, ginecologia, otorrinolaringologia e oftalmologia. Para atrair mais parceiros do setor privado, o Ministério da Saúde também melhorou a remuneração. “Pagamos até quatro vezes mais, no caso das cirurgias, e até duas vezes e meia mais nos procedimentos ambulatoriais, em comparação com a antiga tabela do SUS”, diz Oliveira. “Cada estado tem a sua própria tabela do Aqui Tem Especialistas, porque os preços não são uniformemente distribuídos no território. Uma cirurgia pode custar um valor no interior do Pará e outro em São Paulo. Não podemos nivelar nem por cima nem por baixo.”

Professora da UFRJ e coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde, Lígia Bahia avalia que a nova política de preços, com



uma remuneração mais próxima da realidade do mercado, é oportuna para reduzir as iniquidades no acesso à saúde. “Hoje, o paciente da rede privada vale mais que o do SUS”, lamenta. “Há um circuito de desigualdade estrutural. Quando o preço é muito diferente, quem paga mais passa na frente. Os estabelecimentos privados tendem a priorizar os pacientes que oferecem maior retorno financeiro.”

O setor privado, explica Bahia, responde por cerca de 60% dos gastos com saúde no Brasil, mas presta assistência para 25% da população. Há ainda concentração de médicos especialistas e de serviços de média e alta complexidade

em hospitais particulares. “Entendemos que o programa caminha em uma direção política correta, por estimular o uso da capacidade instalada no País.”

De acordo com nota técnica divulgada pelo GPDES/UFRJ em novembro, dos 7.713 estabelecimentos de saúde com leitos hospitalares, apenas 8,5% têm estrutura completa para atendimento especializado, com seis itens essenciais: serviços de urgência e emergência, centro cirúrgico, leitos de UTI, tomógrafo computadorizado, ressonância magnética e farmácia hospitalar. Outros 13,7% tinham ao menos quatro desses itens, mas sem resso-

Recorde. Em 2025, o SUS realizou mais de 14,7 milhões de cirurgias eletivas, o maior número da história, mas o gargalo persiste

nância ou urgência e emergência. Entre os hospitais com maior estrutura, apenas 20% eram públicos; já entre os de menor estrutura, as unidades administradas pelo Estado representavam 39%.

Logo após o lançamento do Agora Tem Especialistas, a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares divulgou nota em que reconhece o esforço do governo Lula para ampliar o acesso à atenção especializada, mas manifesta preocupação com a possibilidade de o programa ampliar a dependência do SUS em relação ao setor privado. A entidade recomendou acompanhamento rigoroso para evitar distorções nos preços dos serviços contratados e no atendimento aos pacientes. “Precisamos estar vigilantes para que clientes de planos de saúde, de serviços privados e usuários do SUS não sejam tratados de forma desigual dentro dos mesmos serviços”, destaca a entidade. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) também alertou que, sem monitoramento contínuo, pacientes da rede pública podem receber tratamento de qualidade inferior e defendeu o fortalecimento da rede própria de atenção especializada do SUS.

O principal desafio, acrescentam os pesquisadores do GPDES/UFRJ, é estabelecer um novo patamar de interação entre os setores público e privado: “Países com sistemas universais já demonstraram que a integração ou articulação público-privada, desde que acompanhada de um conjunto único de normas regulatórias para todos os participantes, padronizando um campo comum de atuação, pode levar ao aumento de eficiência, efetividade, equidade e sustentabilidade do sistema de saúde”. •



Dados como bem público

ERA DIGITAL A criação de *Data Trusts* fortalecerá a soberania e a governança

POR JAMES GÖRGEN E MARCIO POCHMANN*

A transição para a era digital inaugura um paradoxo informacional, onde corporações transnacionais capturam dados em tempo real sobre múltiplas dimensões da vida social e econômica e o Estado opera ainda com instrumentos tradicionais baseados em censos decenais e pesquisas amostrais próprias do passado agrário e industrial. Essa discrepância afeta diretamente a capacidade estatal de monitorar dinâmicas sociais no contexto de rápida transformação e de formular e implementar políticas públicas mais adequadas como a predição.

A realidade mensurável por filtros de infraestruturas privados e de domínio, em geral estrangeiro, emerge da prevalência de objetivos comerciais, cujas métricas opacas têm no conjunto dos dados gerados uma enorme dificuldade acessível ao escrutínio democrático. As plataformas privadas instrumentalizam a vida cotidiana como laboratório permanente, convertendo cada ação em registro e cada interface em experimento contínuo de monitoramento.

Quem domina a infraestrutura de dados controla também a capacidade

de definir o que é visível, mensurável e governável. Nesse cenário, o Estado converte-se em usuário de instrumentos privados e estrangeiros, com soberania informacional abalada. Prevalece um pequeno círculo técnico interno ou terceirizado que ganha poder desproporcional, segmentando cidadanias e distribuindo oportunidades distantes de critérios democráticos. O resultado é um neopatrimonialismo técnico, onde a autoridade se legitima pela alegada neutralidade da técnica, mais concentrada, opaca e menos contestável que o velho arbítrio burocrático.

Data Trusts: solução

Este artigo é o extrato de um documento mais exaustivo que propõe a operacionalização dos Fideicomissos de Dados (Data Trusts) no Brasil. Por meio de me-

Quem domina a infraestrutura controla o visível e o governável

canismos jurídico-tecnológicos, instituições públicas como o IBGE, universidades e órgãos de planejamento poderiam acessar dados privados para políticas públicas sem violar a Lei Geral de Proteção de Dados e sem comprometer a privacidade individual.

Um Data Trust funcionaria como intermediário neutro e democrático entre cidadãos, empresas e Estado. Os cidadãos consentiriam voluntariamente o uso de seus dados mediante condições claras, enquanto as plataformas digitais seriam obrigadas a contribuir com dados agregados e anonimizados.

As instituições públicas e pesquisadores, por sua vez, acessariam as informações mediante protocolos auditáveis. A governança geral seria exercida por um Conselho superior, com representação equilibrada entre a sociedade civil, o setor privado, a academia e o governo.

O sistema requer rigorosas salvaguardas. Dados mantidos em ambientes seguros com criptografia de ponta a ponta e privacidade diferencial matemática. Auditoria anual obrigatória por entidades independentes e transparência total sobre tipos de dados coletados, finalidades e acessos. Punições severas para tentativas de reidentificação ou uso indevido, incluindo sanções criminais.

Os principais riscos incluem, como exemplo, a reidentificação de indivíduos, a captura corporativa da governança, a exclusão digital de populações vulneráveis e os vazamentos de dados. As salvaguardas preveem interfaces simplificadas, campanhas de educação digital, pontos de acesso físicos para consentimento *offline* e representação garantida de grupos vulneráveis no Conselho.

Experimentos setoriais

Para o início do projeto, a proposição prioritária de seis Data Trusts setoriais para o Brasil. O primeiro seria o de Mobilida-



Mobilidade. Integrar os dados de aplicativos, operadoras de telefonia e bilhetagem eletrônica é uma forma de combater os desertos de transporte

de Urbana, que integraria dados anonimizados de aplicativos de transporte (Uber, 99), operadoras de telefonia e bilhetagem eletrônica para mapear deslocamentos pendulares reais, identificar “desertos de transporte”, onde trabalhadores gastam de três a quatro horas diárias em deslocamentos precários, otimizar frequências de ônibus e metrô, e orientar investimentos bilionários em infraestrutura antes que elefantes brancos sejam construídos.

O segundo seria o de Saúde Pública, combinando dados de *wearables*, aplicativos de saúde, farmácias, planos de saúde privados e hospitais para vigilância epidemiológica em tempo real, permitindo identificar surtos emergentes uma ou duas semanas antes dos sistemas tradicionais e alertar sobre crises durante secas ou ondas de calor. O terceiro seria o de Finanças Inclusivas, utilizando dados de *fintechs* sobre o fluxo de caixa de microempreendedores individuais e trabalhadores informais, para

Consultório



gerar um “PIB da Informalidade” municipal em tempo real, orientar políticas de microcrédito subsidiado e avaliar a eficácia de programas como o Pronampe.

O quarto setor seria o de Segurança Alimentar, cruzando dados anonimizados de aplicativos de *delivery*, supermercados e atacadistas com mapas de renda e saúde para identificar “desertos alimentares”, onde a população de baixa renda não tem acesso a alimentos frescos, mapear dependência de ultraprocessados por região e projetar impactos de políticas de subsídios, como o Bolsa Família, sobre o consumo efetivo. O quinto seria o de Contagem Populacional, que utilizaria uma remodelização de registros administrativos georreferenciados para viabilizar censos demográficos anuais ou até em tempo real, combinando aprimoramento de bases administrativas com coleta direta reduzida e focalizada, diminuindo drasticamente custos sem sacrificar a cobertura universal.

Por fim, o sexto seria o de Inflação, baseado em notas fiscais eletrônicas, para calcular as variações com dados transacionais em alta frequência, capturando preços efetivamente praticados, pro-

moções, substituições e descontos com muito mais precisão e menor custo que os métodos tradicionais de coleta.

Sem opacidade

Data Trusts transcendem a dimensão técnica ou regulatória. Representam o avanço da infraestrutura democrática, tão essencial quanto as eleições livres, a imprensa independente e o Poder Judiciário autônomo. Em uma era na qual algoritmos decidem quem recebe crédito, quem é contratado e quem é vigiado, garantir que decisões públicas sejam informadas por dados representativos e eticamente obtidos é garantir democracia substantiva. Eles também democratizam não apenas o acesso a dados, mas o próprio processo de decisão sobre o que constitui conhecimento legítimo sobre a sociedade. Deslocam o po-

Nem a privatização total da informação nem a estatização autoritária

Antecipação. Um Data Trust na área de saúde facilitaria a prevenção a surtos epidêmicos e os efeitos na população de ondas de calor ou de frio intenso

der epistêmico das corporações para estruturas de governança participativa, permitindo que movimentos sociais, pesquisadores independentes e comunicadores investigativos façam perguntas que governos e empresas prefeririam evitar.

A proposta de Data Trusts para o Brasil representa uma terceira via. Nem a privatização total da informação nem a estatização autoritária, mas a arquitetura de governança compartilhada, onde os cidadãos controlam os dados, as empresas contribuem com a transparência e o Estado acessa mediante salvaguardas estritas para a implementação de políticas públicas democráticas e adequadas para a era digital.

O Brasil, com sua LGPD robusta e capacidade técnica demonstrada (Pix, Gov.br, urnas eletrônicas, infraestrutura nacional de dados), pode ser pioneiro global. A Califórnia deu o primeiro passo na devolução de controle aos cidadãos com o Delete Act. O Brasil pode dar o próximo, construindo infraestruturas que transformem dados de ferramenta de extração corporativa em bem público democrático.

As ferramentas jurídicas e tecnológicas existem. O que falta é o impulso político com formação de maioria na regulação e mais imaginação na transformação institucional. Soberania de dados não é apenas sobre controlar quem acessa informações, mas sobre como construir uma sociedade onde o conhecimento pertence a todos, usado para o bem comum e em respeito à dignidade de cada indivíduo. Data Trusts são o caminho operacional para transformar essa aspiração em realidade. •

**James Görgen é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; Marcio Pochmann, economista, é presidente do IBGE.*

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Está nascendo um novo líder

► A Amazon supera o Walmart e vira o maior conglomerado dos EUA em vendas

O ecossistema dos negócios está em transformação. No ano passado, a Amazon tornou-se a maior empresa dos Estados Unidos em receita e suplantou o domínio de mais de uma década de um “dinossauro” da economia, o Walmart. A empresa de Jeff Bezos faturou em torno de 717 bilhões de dólares, número ligeiramente superior aos 713 bilhões registrados pela varejista tradicional.

Nos últimos 17 anos, a trajetória da Amazon foi marcada por um crescimento acelerado e diversificação agressiva dos negócios. De meados dos anos 2000, quando ainda era vista principalmente como uma livraria *online* ampliada, até este momento, a companhia expandiu o catálogo para praticamente todas as categorias de consumo, apoiada por uma rede logística própria e cada vez mais sofisticada. A receita anual saltou de pouco mais de 100 bilhões de dólares em 2015 para mais de 700 bilhões em 2025, impulsionada por sucessivos anos de crescimento de dois dígitos. Além do varejo, o conglomerado fez da computação em nuvem um dos seus principais motores financeiros, enquanto fortaleceu frentes como publicidade digital e serviços a vendedores terceiros.

O avanço simboliza uma profunda mudança de paradigma. O varejo deixou de ser dominado apenas por grandes redes de lojas físicas e passou a orbitar em torno de plataformas digitais integradas. A lógica de prateleiras e corredores cedeu

espaço a algoritmos, *marketplaces* e assinaturas, que conectam milhões de consumidores e vendedores em tempo real, com oferta quase infinita de produtos. Enquanto o Walmart acelera a transformação digital e aposta em uma estratégia omnicanal para reduzir a distância, a Amazon mostra que o centro de gravidade do consumo migrou do espaço físico para o universo *online*, onde dados, logística e tecnologia definem quem lidera o jogo.

Let it go

A decisão da Nestlé de se desfazer da divisão de sorvetes e, em 2027, concluir a venda da divisão de águas, marca uma guinada estratégica importante para o grupo suíço. A empresa negocia a transferência dos negócios de sorvetes para a Froneri, especializada no segmento, e conduz um processo formal para se desfazer da unidade de águas e bebidas *premium*, que inclui marcas globais como Perrier, San Pellegrino e Acqua Panna, com negociação prevista para ser concluída até o fim de 2027. Os movimentos fazem parte de um plano de concentrar recursos em quatro pilares: café, *snacks*, *pet care* e nutrição, onde a companhia tem maior potencial de crescimento. Em negócios, foco tem valor. Ao reduzir o portfólio, a Nestlé vai garantir o *share* de atenção para os segmentos mais importantes.

Galpões cheios

O mercado brasileiro de aluguel de galpões industriais e logísticos segue aquecido. Pesquisa da Newmark sobre condomínios de alto padrão no País indica que, em São Paulo, principal polo do setor, o terceiro trimestre de 2025 foi positivo, com absorção bruta de 454 mil metros quadrados e absorção líquida de 351 mil, mesmo em um cenário de desaceleração da

atividade industrial. O novo estoque entregue somou 232 mil metros quadrados no período e, ainda assim, a taxa de vacância recuou para 7,5%, patamar considerado saudável e compatível com um mercado em expansão. Os preços médios ficaram praticamente estáveis, em torno de 30 reais por metro quadrado ao mês, indicando que a demanda tem sido suficiente para sustentar os valores mesmo com a entrada de novos empreendimentos.

Tijolo por tijolo

A construção civil inicia 2026 com projeções de crescimento moderado, mas em trajetória de expansão sustentada. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção estima alta de 2% no PIB do setor neste ano, o que, se confirmado, marcará o terceiro ano consecutivo de avanço, após crescimento de 1,3% em 2025. Analistas destacam que a retomada é puxada pela combinação entre a queda gradual dos juros, orçamento recorde do FGTS para habitação, novos modelos de financiamento imobiliário e a continuidade dos investimentos em infraestrutura público-privados.

Projeções da FGV/Ibre apontam um cenário-base ainda mais favorável, com avanço de 2,7% no PIB da construção, podendo chegar a 3,4% em um quadro otimista, caso o crédito flua e os programas habitacionais ganhem tração. Na outra ponta, o setor segue pressionado por gargalos antigos, como carga tributária elevada, custo da mão de obra e falta de profissionais qualificados, além da incerteza fiscal. Mesmo assim, empresários veem em 2026 uma janela para consolidar a recuperação, apoiada pela demanda habitacional reprimida e pelo novo ciclo de obras estruturantes espalhadas pelo País. •

redacao@cartacapital.com.br

Keynes e a esfinge do dinheiro

INVESTIMENTO Quando percebeu que transformavam a sua teoria em dogma, ele disse: “Não sou keynesiano”

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Em um seminário realizado sobre o livro *A Teoria Geral, do Juro, do Emprego e da Renda* na Universidade de Campinas, um dos escribas deste artigo teve contato com a grande economista inglesa Joan Robinson, de Cambridge.

Conseguiu através dela o contato de Keynes, que topou fazer uma entrevista por e-mail. Neste artigo, vamos destacar alguns pontos dessa entrevista histórica, sobre um dos capítulos fundamentais da *Teoria Geral*, o capítulo XIII – *O Estado da Expectativa a Longo Prazo*.

Neste capítulo, Keynes nos brinda com a psicologia, incerteza, estado de confiança, limitação da matemática e importância da liquidez e o mercado financeiro.

Lorde Keynes, ao sair em 1944, da reunião de Bretton Woods, foi visionário ao declarar: *I am not a Keynesian* (“Eu não sou um keynesiano”), quando percebeu que os ditos keynesianos estavam transformando sua teoria em dogma, ficando marcado como o economista do estímulo de déficit. Essa banalidade não considera que John Maynard rompeu com as simplificações da ortodoxia.

Nós: Prezado Lorde, hoje vemos o predomínio da escola de expectativas racionais, onde as expectativas são formaliza-

das estatística e matematicamente. O senhor, que é um grande matemático e estatístico, como vê essa crença de reproduzir dados do passado para prever o futuro?

Keynes: É, portanto, razoável que nos deixemos guiar, em grande parte, pelos fatos que merecem a nossa confiança, mesmo se sua relevância para os resultados esperados for menos decisiva do que a de outros fatos a respeito dos quais o nosso conhecimento é vago e limitado. Por essa razão, os fatos atuais desempenham um papel que, em certo sentido, podemos julgar desproporcional na formação de nossas expectativas a longo prazo, sendo que o nosso método habitual consiste em considerar a situação atual e depois projetá-la no futuro, modificando-a apenas na medida em que tenhamos razões mais ou menos definidas para esperarmos uma mudança.

A precariedade da base do conhecimento sobre o qual se calculam as rendas esperadas é extrema

Keynes: Posso me alongar nessa questão?

Nós: Com certeza!

Keynes: O estado da expectativa a longo prazo, que serve de base para as nossas decisões, não depende, portanto, exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da confiança com a qual fazemos esse prognóstico – na medida em que ponderamos a probabilidade de o nosso melhor prognóstico revelar-se inteiramente falso.

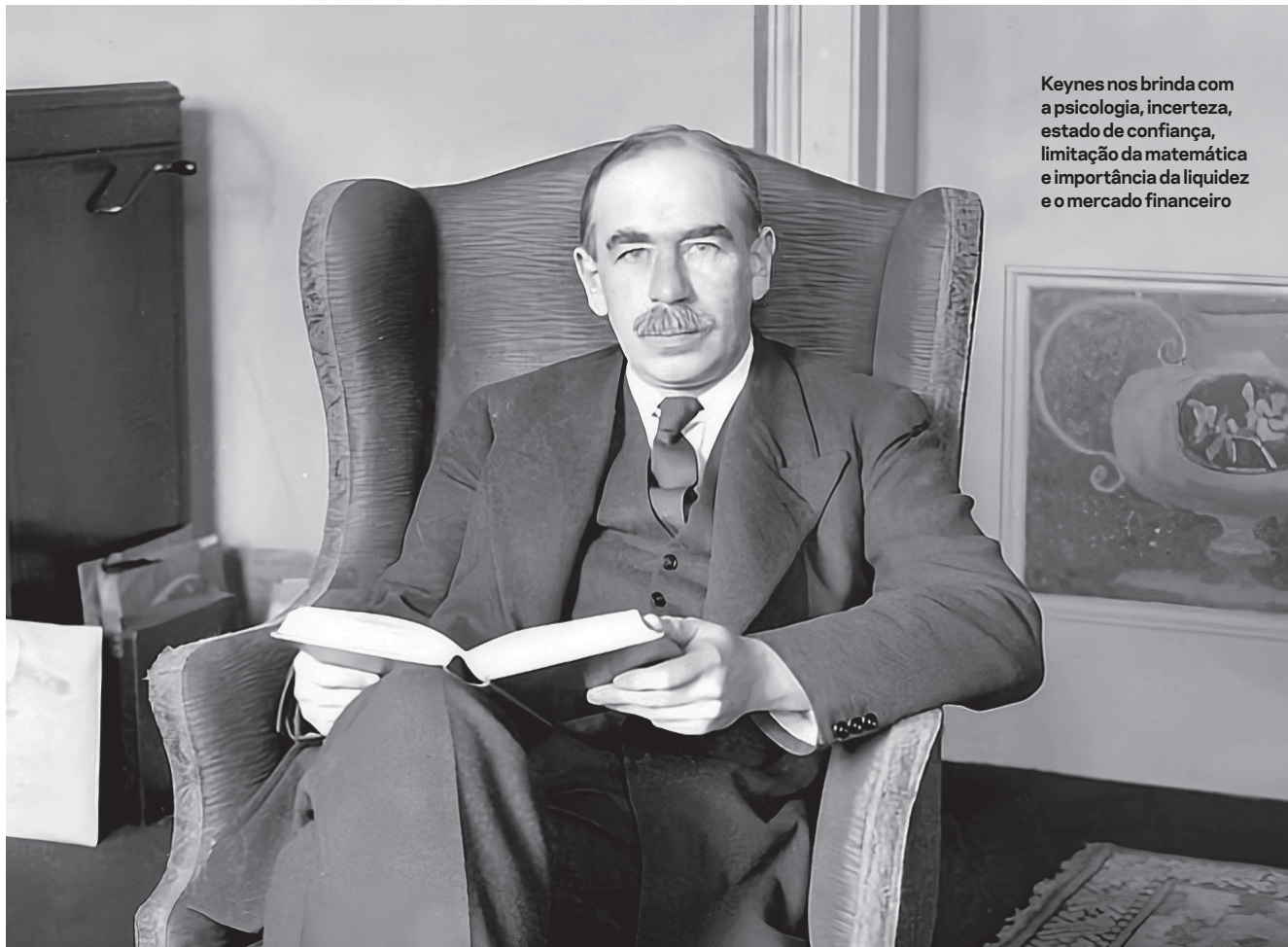
Nós: O que deve ser observado com profundidade?

Keynes: Nossas conclusões devem fundamentar-se, principalmente, na observação prática dos mercados e da psicologia dos negócios.

Nós: Por quê? Mesmo com computadores, banco de dados?

Keynes: O fato de maior importância é a extrema precariedade da base do conhecimento sobre o qual temos de fazer os nossos cálculos das rendas esperadas. O nosso conhecimento dos fatores que regularão a renda de um investimento alguns anos mais tarde é, em geral, muito limitado e, com frequência, desprezível. Se falarmos com franqueza, temos de admitir que as bases do nosso conhecimento para calcular a renda provável dentro de dez anos de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, a aceitação de um produto farmacêutico, um navio transatlântico ou um imóvel no centro comercial de Londres pouco significam e, às vezes, a nada levam.

Nós: Sentimos uma tentativa contemporânea de parte dos economistas de quererem reinventar a roda. A moda é caracterizar tudo como financeirização, e na formação binária da corrente majoritária nos cursos de economia, essa coisa de lado real *versus* lado monetário. E um total desconhecimento da importância do mercado financeiro como elemento constituinte do sistema. Estamos corretos?



Keynes nos brinda com a psicologia, incerteza, estado de confiança, limitação da matemática e importância da liquidez e o mercado financeiro

Keynes: Mas a Bolsa de Valores reavalia, todos os dias, os investimentos e essas reavaliações proporcionam a oportunidade frequente a cada indivíduo (embora isto não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações. É como se um agricultor, tendo examinado seu barômetro após o café da manhã, pudesse decidir retirar seu capital da atividade agrícola entre as 10 e as 11 da manhã, para reconsiderar se deveria investi-lo mais tarde, durante a semana.

Nós: Lorde, no seu entendimento, avaliações diárias a respeito da liquidez podem interferir e mudar as expectativas de investimento?

Keynes: Todavia, as reavaliações diárias da Bolsa de Valores, embora se desti-

nem, principalmente, a facilitar a transferência de investimentos já realizados entre indivíduos, exercem, inevitavelmente, uma influência decisiva sobre o montante do investimento corrente. Isso, porque não há sentido em criar uma empresa nova a um custo maior quando se pode adquirir uma empresa similar existente por um preço menor, ao passo que há indução a aplicar recursos em um novo projeto que possa parecer exigir uma soma exorbitante, desde que esse empreendimento possa ser liquidado na Bolsa de Valores com lucro imediato.

Nós: Lorde, ao longo do capítulo XII, nos indica que devemos ter humildade para fazer previsão do futuro e que a incerteza não é exata, como creem muitos economistas?

Keynes: Os resultados reais de um investimento, no decorrer de vários anos, raras vezes coincidem com as previsões originais. Também não podemos racionalizar a nossa atitude argumentando que, para um homem em estado de ignorância, os erros em qualquer sentido são igualmente prováveis e que, portanto, subsiste uma esperança estatística baseada em probabilidades iguais. Isso, porque podemos facilmente demonstrar que a hipótese de probabilidades aritmeticamente iguais, baseada em um estado de ignorância, conduz a absurdos... O mercado estará sujeito a ondas de sentimentos otimistas ou pessimistas, que são pouco razoáveis e ainda assim legítimos na ausência de uma base sólida para cálculos satisfatórios. •

Ativo estratégico

ARTIGO O Brasil reúne as condições necessárias para liderar a produção de semicondutores na América Latina

POR ADÃO VILLAVERDE*

Existem momentos na história que se tornam pontos de inflexão para a humanidade, nos quais avanços científicos, técnicos e inovadores sinalizam transformações que moldarão o mundo no período seguinte, revelando que nações podem surgir nesse cenário de forma soberana ou subjugada. Vive-se um rearranjo na cadeia produtiva global de semicondutores, ativos essenciais do nosso tempo. Seu domínio e *expertise* ampliam a influência de países nas relações internacionais, sendo decisivos nas determinações comerciais – sempre orientados, é claro, pelo princípio de que os seres humanos devem guiar as inovações tecnológicas, não serem capturados por elas.

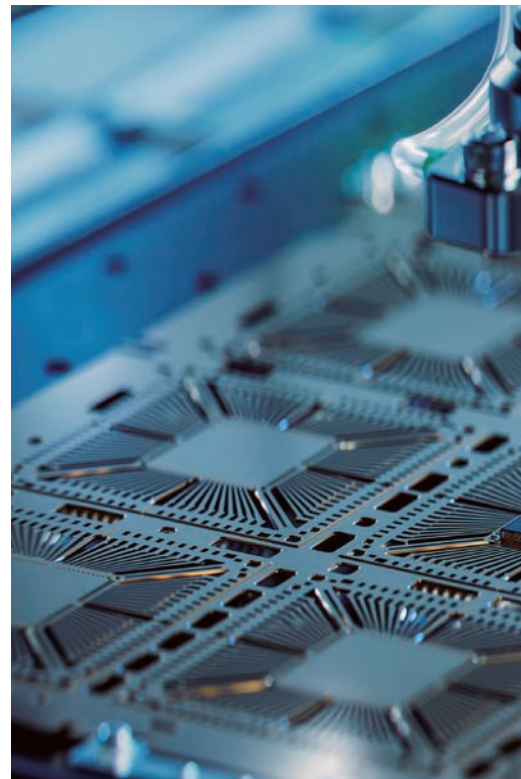
Os semicondutores são o quarto produto mais comercializado no mundo, depois do petróleo bruto, do petróleo refinado e dos automóveis. Sua escassez generalizada, catalisada pela pandemia, pela guerra no Leste Europeu, pela crise climática, pela transição energética e pela acelerada transformação digital, entre outros fatores, revelou sua indispensabilidade para a economia global. Como a fabricação desses componentes está adensada nos países do Pacífico Leste, responsáveis por mais de 80% dos dispositivos no “estado da arte”, evidenciou-se ainda que a desconcentração regional passou a ser um tema estratégico, sobretudo pelo

fato de os polos produtores estarem afastados dos grandes centros consumidores.

Daí decorre o movimento de descentralização da cadeia produtiva, polarizado, de um lado, pelos Estados Unidos, com o *Chips Act*, a prever investimentos de 280 bilhões de dólares até o fim da década; e, de outro, pela China, com seu *Big Fund*, estimado em 1,4 trilhão de dólares para o mesmo período. Trata-se do que, em 2023, Chris Miller definiu como “a batalha pela tecnologia que move o mundo”, em seu livro *Chip War*, no qual atualiza conceitos produtivos como *nearshoring* (trazer fábricas para países próximos dos maiores centros consumidores) e *reshoring* (repatriar a produção), prática anteriormente comum nos EUA nesse setor.

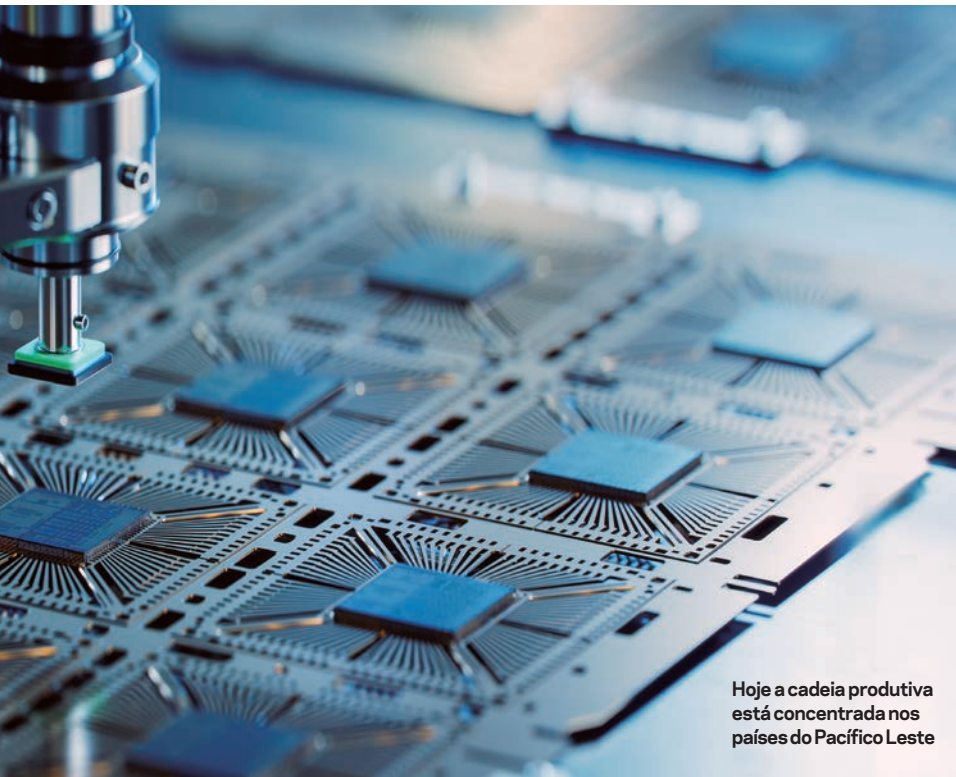
A demanda e a competição por esses dispositivos alavancaram uma nova dinâmica global. Essa reestruturação tornou a cadeia mais resiliente. Investimentos passaram a ser estratégicos. A desconcentração da produção no Pacífico Leste,

Se não deseja ficar para trás na *Chip War*, o País precisa acelerar o passo



em busca de maior segurança jurídico-comercial, e até mesmo política, tornou-se imperativa. Tudo isso é impulsionado pelo uso de equipamentos do cotidiano: eletrônicos, *smartphones*, *laptops*, redes 5G, Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT), Machine Learning (ML), e *big data*, entre outros. A previsão é de que o mercado global de semicondutores alcance, até o fim da década, valores na ordem de 1,3 trilhão de dólares.

O Brasil investe nessa indústria desde a segunda metade do século passado. Contudo, foi no fim dos anos 1970 e início dos 1980, impulsionado pelo Plano Nacional de Informática (PNI), tachado à época como uma política de “reserva de mercado”, que iniciamos uma incursão mais estruturada. Grupos empresariais e o setor estatal receberam delegações induzidas pelo Estado para a fabricação de minicomputadores em solo brasileiro. Surgiram, então, empresas como Edisa (RS), SDI (PR), Cisco (SP) e Cobra (RJ), entre outras, que deram passos



Hoje a cadeia produtiva está concentrada nos países do Pacífico Leste

importantes rumo a um modelo de desenvolvimento tecnológico-industrial local.

No entanto, a abertura desenfreada da economia, promovida pelo governo Collor no início dos anos 1990, reduziu drasticamente as tarifas de importação, permitindo a entrada massiva de produtos estrangeiros sob o argumento de “modernização tecnológica”. O impacto sobre a nascente indústria – já estratégica à época – foi severo.

Ainda no período do PNI, formaram-se polos de eletroeletrônica no País, com destaque para o Rio Grande do Sul. Surgiram programas de pós-graduação e pesquisas que impulsionaram o setor. Uma das primeiras medidas foi apoiar estudantes em busca de qualificação no exterior, para que retornassem trazendo aportes fundamentais ao desenvolvimento nacional. Essa base sustenta até hoje um diferencial brasileiro: a formação permanente de profissionais com conhecimento e *expertise* global, condição essencial para a inserção definitiva

na cadeia produtiva e de suprimentos de semicondutores, ainda que essa trajetória seja complexa e desafiadora.

Além da formação contínua de recursos humanos, frequentemente recrutados por *players* globais, esse capital intelectual constitui diferencial estratégico para a criação e atração de empresas do setor. Já demos os primeiros passos, não começamos hoje. O País reúne requisitos e elementos-chave para atuar em diferentes etapas da cadeia produtiva: *design houses* (desenvolvimento e projeto), *back-end* (encapsulamento e testes) e *front-end* (fabricação). Há um ecossistema com mais de 20 empresas nessas três frentes, além de instrumentos de política pública, como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), a Lei de Informática e a Lei do Bem, bem como programas estaduais, a exemplo do gaúcho, que são estruturantes para a advancement do setor.

Recentemente, o CEO da Tellescom,

parceira da Malásia que está se estabelecendo no Rio Grande do Sul, destacou: “O mais importante é a capacidade de conhecimento aqui instalada. As universidades têm programas de formação e treinamento de recursos humanos, inclusive com pós-graduação”. Somam-se a isso empresas já instaladas localmente, fruto de décadas de acúmulo: HT Micron, itt CHIP, Chipus, Silvaco, EnSilica, Impinj e Ceitec, sendo esta última uma espécie de indutora de *spin-offs*.

Em desenvolvimento, projetos, encapsulamento e testes, o Brasil já é uma referência na América Latina. Na manufatura, contudo, estudos indicam que devemos priorizar certos nichos, como os chamados *chips* maduros, de nanometria intermediária. Ou ainda trilhar novas rotas tecnológicas, como os dispositivos de potência, direção que a Ceitec vem adotando, especialmente diante do mercado promissor que se abre para esses produtos.

Por fim, é necessário ampliar parcerias com competências globais e revisar parâmetros orçamentários para garantir nossa inserção definitiva nessa cadeia produtiva, que também demanda minerais críticos. Países e regiões que dominarem essa agenda, associados à garantia de suprimentos, ampliarão seu potencial de negócios, afirmarão sua independência científico-técnica, consolidarão sua soberania geopolítica e poderão alcançar um desenvolvimento com sustentabilidade econômica e social. Condições necessárias para se tornarem, no mínimo, influentes – ou mesmo decisivos – em uma nova economia global que se delineia com rapidez crescente. •

**Engenheiro, professor de Gestão do Conhecimento e da Inovação na Escola Politécnica da PUC do Rio Grande do Sul e consultor de semicondutores no TecnoPUC, o parque tecnológico da universidade.*



O espantinho

IRÃ A Casa Branca age sob o pretexto de conter um programa atômico que os próprios EUA criaram há 69 anos

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Quem criou o programa atômico iraniano foram os Estados Unidos. Em 1957, o então presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower forneceu ao país tecnologia e matéria-prima necessárias para a construção de um primeiro reator nuclear, em Teerã. Com o programa batizado “Átomos para a Paz”, Eisenhower pretendia espalhar o conhecimento científico entre nações consideradas aliadas à época, antes que a União Soviética o fizesse.

A amizade só foi possível porque, quatro anos antes, em 1953, os norte-americanos e os britânicos tinham derrubado o então primeiro-ministro Mohammed Mossadeg, e colocado em seu lugar, como líder absoluto, o xá Reza Pahlevi. Como em muitas ações dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, esta também foi a troca de uma democracia por uma ditadura. Mossadeg caiu por ser um líder civil nacionalista interessado em estatizar o petróleo iraniano, o que bastou para Washington passar a tratar o cientista político formado em Paris e professor na Universidade de Teerã como um comunista empenhado em bandear o Irã para a esfera de influência soviética. A histeria macarthista estava no auge, então.

O xá Pahlevi prendeu seu próprio pri-

meiro-ministro e passou a governar o país sozinho, com mão de ferro, até 1979, período no qual Eisenhower e, depois, outros três presidentes norte-americanos – John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon – mantiveram a cooperação atômica com Teerã a todo vapor. Nenhum deles parece ter considerado o fato óbvio de que o regime do xá não duraria para sempre, e que uma mudança na ordem política iraniana poderia acabar legando essa tecnologia a adversários dos Estados Unidos a qualquer momento.

Em 1979, o xá caiu. A Revolução Iraniana que eclodiu naquele ano trouxe de volta o espírito nacionalista de Mossadeg, desta vez revestido por um forte apelo religioso, que culminou com o regresso a Teerã do aiatolá Ruhollah Khomeini, até então exilado em Paris. De volta ao país, no braço sobretudo do movimento estudantil, Khomeini estabeleceu um regime teocrático nacionalista que fez dos Estados Unidos seu principal inimigo e buscou

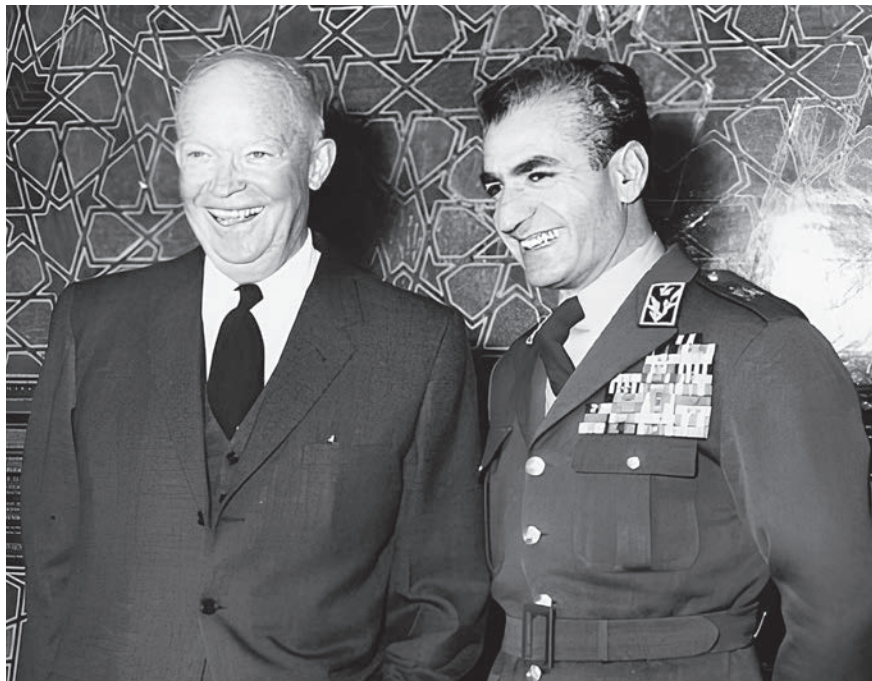
Não há evidências de armas nucleares em poder do país

aproximação com outras potências nucleares, como o Paquistão, a China e a Rússia, para manter em funcionamento o programa atômico iniciado 26 anos antes por influência de Eisenhower.

Desde então, os Estados Unidos e seus aliados europeus tentam impedir que o programa atômico do Irã, desenvolvido originalmente para fins pacíficos, nos anos 1950, seja convertido em ameaça militar contra o Ocidente, potencializada pelo fato de que o país persa desenvolveu também uma tecnologia de mísseis capazes de transportar ogivas atômicas a longas distâncias. O alvo mais próximo seria Israel, aliado incondicional dos Estados Unidos no Oriente Médio. O medo de que um dia Teerã borre no mapa o Estado judaico se deve à enorme coleção de declarações antissionistas e antisemitas feitas pelos aiatolás ao longo das últimas décadas, o que é percebido em Tel-Aviv e Washington com uma intenção explícita de causar um novo Holocausto.

Esse é o principal temor alegado pelo atual primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, para justificar uma ação militar contra o inimigo. Além disso, o Irã é acusado de fomentar grupos radicais no entorno de Israel, que, sobretudo a partir do Líbano, da Faixa de Gaza, da Síria e do Iêmen, protagonizam conflitos intermitentes ao longo dos anos contra os israelenses. Na ONU, Netanyahu cansou de dizer que o Irã está “há poucos dias” de construir uma bomba atômica, mesmo sem mostrar evidências.

Até então, o melhor que essa pressão ocidental tinha conseguido foi a adoção, em 2015, do Plano de Ação Conjunto e Abrangente, conhecido pela sigla em inglês JCPOA, por meio do qual o regime dos aiatolás concordou em reduzir tanto os estoques de urânio quanto o porcentual de enriquecimento do material, impossibilitando qualquer súbita conversão do programa nuclear civil em militar.



Vento e tempestade. Eisenhower forneceu a tecnologia ao aliado Pahlevi, derrubado em 1979 pela Revolução Iraniana. Hoje, Trump mobiliza um enorme contingente militar



O JCPOA, firmado entre iranianos e norte-americanos, franceses, chineses, russos e alemães, funcionou a contento por três anos, até 2018, quando Donald Trump, então em seu primeiro mandato, resolveu romper o acordo e, sensível às advertências cada vez mais eloquentes de

seus aliados israelenses, passou a impor sanções e embargos cada vez mais pesados contra os iranianos. Essa política hostil culminou com o bombardeio de instalações iranianas em 2025 e, agora, na maior mobilização de meios militares dos EUA de que se tem notícia nos últimos 20 anos.

Teerã tem certeza de que a pressão militar norte-americana não visa o programa atômico, mas uma mudança de regime. Na cabeça dos aiatolás, ecoa a lembrança do que os Estados Unidos fizeram em 2002 contra Saddam Hussein no vizinho Iraque. À época, o então presidente George W. Bush inventou a história de que os iraquianos possuíam arsenais de armas de destruição em massa que justificavam uma ação militar intempestiva. Ninguém acreditou na história, salvo o então primeiro-ministro britânico Tony Blair, o único que topou participar da aventura que culminou com a captura e, depois, o enforcamento de Saddam Hussein.

Assim como aconteceu no caso do Iraque, nenhuma agência atômica independente corrobora neste momento a história de que Teerã esteja desenvolvendo armas atômicas. O país persa assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear e é inspecionado regularmente pela Agência Internacional de Energia Atômica. Além disso, também aderiu ao Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT, na sigla em inglês), que possui um mecanismo capaz de detectar qualquer teste com explosões atômicas, não importa a localização, nem a profundidade em que ocorra. Jamais houve qualquer informação desses órgãos que permitisse afirmar que os iranianos possuem uma bomba atômica.

Nada garante, no entanto, que Trump não arrisque a sorte a qualquer momento, buscando o mesmo tipo de êxito em relação a uma intervenção recente, que culminou com a captura do agora ex-presidente da Venezuela Nicolás Maduro. Como ele se diz limitado apenas pela própria consciência – não pela ONU ou pelo direito internacional –, é difícil prever quando e como os norte-americanos serão protagonistas, mais uma vez, de um evento violento que altere o ciclo político no Irã. •

A lei da selva

DIREITOS HUMANOS Como as sanções de Washington a juízes e promotores emperram o funcionamento do TPI

POR JAMIL CHADE

Pouco mais de um ano após a chegada de Donald Trump ao poder, as sanções adotadas pelo presidente dos Estados Unidos contra as Cortes internacionais e os relatores de direitos humanos asfixiam a Justiça e revelam a ambição da Casa Branca em garantir uma absoluta impunidade das atrocidades cometidas em Gaza. Ao longo dos meses, o republicano adotou medidas contra procuradores e juízes do Tribunal Penal Internacional que “ousaram” denunciar Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, por crimes de guerra e contra a humanidade. As sanções abalaram o funcionamento do organismo, o acesso a *e-mail*, viagens, pagamento de salários e a própria investigação contra os suspeitos.

Fontes em Haia confirmaram que, de fato, as sanções tiveram um profundo impacto na capacidade de operação de um dos únicos tribunais no mundo com mandato para lidar com os crimes mais graves perpetrados por governos.

Ainda nas primeiras semanas do governo Trump, a ação contra o procurador-geral Karim Khan pegou muitos de surpresa. A principal acusação era de que o britânico agiria contra os interesses dos EUA e de Israel, ao pedir a prisão de Netanyahu. Imediatamente, os funcionários do tribunal foram aler-

tados a evitar viagens aos EUA, sob o risco de prisão. Havia, porém, um problema imediato a ser resolvido: como preservar as provas contra os indiciados, pois o sistema contratado pela promotoria estava sob a guarda de uma empresa norte-americana, a Microsoft. Por duas semanas, o trabalho na Corte se concentrou em imprimir milhares de páginas de provas e evidências e evitar a possibilidade de o material desaparecer na internet. Um dos temores era a ameaça do governo dos EUA de punir cidadãos ou entidades que dessem “apoio financeiro, material ou tecnológico” a qualquer alvo das sanções. A Microsoft suspendeu, por exemplo, as contas de *e-mail* de Khan. Em junho passado, a empresa afirmou manter contato com a Corte desde fevereiro, por causa do “processo que resultou na desconexão de funcionários sancionados”.

Outra medida adotada pelo tribunal foi antecipar o pagamento de salários em seis meses, na esperança de fugir de

eventuais punições ao quadro geral de servidores, não só ao procurador-geral. Por anos, o tribunal havia optado por levar a Haia alguns dos maiores especialistas dos EUA para trabalhar em seus departamentos. Alertado por um advogado, um norte-americano que ocupava a direção de uma das divisões da promotoria simplesmente desapareceu do escritório. Outros compatriotas pediram demissão, enquanto aqueles que permaneceram criaram um sistema de operação pelo qual não teriam mais contatos com os alvos de sanção.

As viagens da promotoria aos EUA para reuniões no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, foram inviabilizadas. Em maio do ano passado, Khan viu-se obrigado a participar de uma deliberação sobre a Líbia por videoconferência, por conta do cancelamento de seu visto.

Para a Anistia Internacional, as sanções reduzem a chance de se fazer “justiça a todas as vítimas para as quais o TPI é o último recurso”. Diz a organização: “As sanções prejudicarão todas as investigações do TPI, não apenas aquelas às quais o governo dos EUA se opõe. Elas impactarão negativamente os interesses de todas as vítimas que buscam justiça no tribunal em todos os países onde ele conduz investigações, incluindo aquelas que os EUA ostensivamente apoiam, por exemplo, na Ucrânia, Uganda e Darfur”.

A ofensiva levou ativistas a abrir processos contra o governo Trump na Justiça dos Estados Unidos. Ainda em 2025, dois defensores dos direitos humanos argumentaram que as sanções contra Khan violam os direitos garantidos pela Primeira Emenda, devido à proibição de cidadãos norte-americanos fornecerem serviços ou apoio material ao procurador-geral do TPI.

Os problemas só pioraram nos últimos meses. Atualmente, 11 integrantes

Trump visa enterrar as investigações sobre os crimes de Israel em Gaza



A Corte está sob fogo cerrado desde a denúncia contra Netanyahu

da Corte, incluídos magistrados e sub-procuradores, estão sujeitos a punições da Casa Branca. Um deles é o juiz francês Nicolas Guillou, que em recente coletiva de imprensa explicou como sua vida virou um pesadelo depois de votar a favor do indiciamento de Netanyahu.

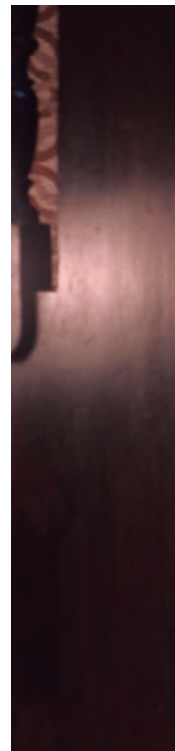
Guillou e família estão proibidos de entrar em território norte-americano e enfrentam restrições financeiras na Europa. A maior parte dos cartões de crédito está bloqueada, assim como serviços digitais que envolvam empresas norte-americanas. “O cerne é a proibição de qualquer pessoa física ou jurídica dos EUA prestar ou receber serviços de alguém sancionado”, resumiu.

A situação financeira dos alvos foi abalada. Alguns bancos, mesmo fora dos Es-

tados Unidos, simplesmente passaram a rejeitar a abertura de contas de quem entrou na lista negra de Washington. Guillou citou um caso específico: a reserva de um hotel na França feita por meio da Expedia, agência de turismo, foi cancelada horas depois.

Outro alvo é a relatora especial da ONU para o território palestino, Francesca Albanese. Nos últimos anos, a italiana denunciou os crimes em Gaza e usou o termo “genocídio” para descrever o que se passava no enclave. Desde então, o trabalho de Albanese passou a ser cerceado, enquanto aliados da Casa Branca se juntaram à campanha de difamação que visa destituí-la do posto. Em um comunicado conjunto, mais de

30 relatores especiais das Nações Unidas alertam para o fato de que os ataques à colega não são ações meramente pessoais, mas coletivas e estruturais. “A perseguição à relatora não pode ser dissociada dos crimes internacionais hediondos e das violações dos direitos humanos perpetrados contra os palestinos, bem como dos esforços de longa data para deslegitimar aqueles que defendem seus direitos”, anotaram. “O preconceito e as ameaças enfrentados pelos defensores dos direitos humanos, sejam acadêmicos, integrantes da sociedade civil, funcionários da ONU ou especialistas, refletem uma estratégia mais ampla de silenciamento da dissidência e de proteção de estruturas de poder abusivas contra o escrutínio público.” •



Presença notável

BERLINALE Embora sem disputar o Urso de Ouro, o cinema brasileiro teve uma participação de destaque no festival alemão

POR ADRIANA MEOLA RIEMKE, DE BERLIM

O Brasil esteve em toda parte na Berlinale 2026. Nenhum filme disputou o Urso de Ouro, mas o País marcou presença na capital alemã de forma notável: dez filmes, dois prêmios principais na seção Generation, uma coprodução premiada pela crítica e ainda uma série vencedora no mercado.

Quem procurava um perfil do audiovisual brasileiro encontrava não uma marca homogênea, mas um panorama multifacetado. “Um dos motivos pelos quais a Berlinale tem numericamente mais pre-

sença brasileira do que Cannes e Veneza é que aqui há lugar para vários cinemas brasileiros”, analisa Eduardo Valente, representante do festival no Brasil. “Tínhamos uma animação, dois documentários, ficções infantojuvenis, ficções históricas, ficções contemporâneas.”

A diversidade brasileira dialoga com o próprio espírito do festival. Entre o tapete vermelho na Potsdamer Platz e a lama de neve derretida diante do Zoo Palast, o festival é um sismógrafo do presente em suas seções para todos os gostos. A diretora do festival, Tricia Tuttle, afirmou na primei-

ra coletiva de imprensa: “Quem não encontrar na programação deste ano um filme que aprecie, não ama o cinema”.

Em tempos em que a importância dos festivais não é mais definida apenas pelo *glamour* ou pela aura cinéfila, mas por conectividade com mercados e plataformas de *streaming*, e em um setor que se reorganiza diante da queda de público nos cinemas, os festivais são, a um só tempo, pontos de encontro, bolsa de talentos e máquina de criar reputação.

A despeito de crescer a cada ano o número de negócios fechados em seu pa-

**Cearenses.**

Feito Pipa, de Allan Deberton, foi premiado na seção Generation. *Eu Fiz um Foguete...*, de Janaína Marques, ganhou o prêmio dado por um jornal na mostra Forum

vilhão paralelo – voltado ao mercado –, a Berlimale ainda é o mais democrático dos “Três Grandes”: vende muito mais ingressos ao público geral do que Cannes ou Veneza e coloca conflitos políticos de forma explícita no centro da programação.

Nesse ambiente, o Brasil trouxe seus vários cinemas às mostras paralelas. O principal destaque veio da seção Generation, voltada ao público infantojuvenil, onde quatro dos 18 longas selecionados eram brasileiros. “É um ano muito forte para o Brasil. É perceptível que há muita movimentação no cinema brasileiro no que diz respeito ao público jovem”, disse Sebastian Markt, diretor da mostra.

O grande vencedor foi *Feito Pipa*, do cearense Allan Deberton, que recebeu o Grande Prêmio do Júri Internacional e o Urso de Cristal, concedido pelo júri jovem. O filme acompanha Gugu, que, após a demência da avó, vai morar com o pai, que tem uma ideia preconcebida de como seu filho deve ser e se comportar.

Também do Ceará veio *Eu Fiz um Foguete*.

O CLIMÃO CRIADO POR WIN WENDERS

O cineasta disse que filmes são o oposto da política. Mas, no fim, o júri presidido por ele celebrou obras claramente políticas

Muitas vezes não são os filmes que causam maior controvérsia na Berlimale, mas as frases ditas entre uma sessão e outra. O centro das controvérsias deste ano foram declarações do cineasta alemão Wim Wenders na coletiva de imprensa de abertura do Júri Internacional, do qual ele foi o presidente. Em resposta sobre o papel do cinema no conflito do Oriente Médio, Wenders afirmou que “filmes são o oposto da política”.

A reação não demorou. A autora indiana Arundhati Roy cancelou sua participação no festival. Em resposta às declarações de Wenders, 80 artistas e profissionais do cinema de diferentes países divulgaram um abaixo-assinado que condenava o silêncio do festival sobre Gaza, reclamava contra a censura a artistas que se expressam sobre o conflito e pedia um posicionamento claro da direção do festival.

Diante da repercussão, a diretora do festival, Tricia Tuttle, publicou uma

nota oficial reafirmando que o festival não impõe linhas ideológicas aos seus convidados. “Não acreditamos que haja entre os cineastas aqui representados alguém que seja indiferente ao que está acontecendo no mundo”, escreveu.

O comentário final da Berlimale foi eloquente ao conceder Urso de Ouro a *Cartas Amarelas*, de İlker Çatak, e o Urso de Prata do Grande Prêmio do Júri a *Salvação*, de Emin Alper, duas obras decididamente políticas.

Produção internacional. Na competição principal, o Brasil se sentiu indiretamente representado por Karim Aïnouz, diretor de *Rosenbush Pruning*

te *Imaginando Que Você Vinha*, de Janaína Marques, premiado pelo júri de leitores do jornal *Tagesspiegel* na mostra Forum. A personagem Rosa, durante uma ressonância magnética, imagina reencontrar a mãe que havia sido presa após tentar impedir um feminicídio. A jornada pela memória transforma-se em um processo de cura.

Na seção Panorama, *Narciso*, de Marcelo Martinessi, uma multicoprodução paraguaia-brasileira-alemã-uruguaia-portuguesa-espanhola-francesa, recebeu o prêmio da FIPRESCI dos críticos de cinema. Ambientado em Assunção, em 1959, o filme gira em torno de um jovem radialista que desafia convenções de uma sociedade ultraconservadora.

“O Paraguai precisa de um apoio internacional por ter uma estrutura iniciante”, explica a produtora Júlia Murat. “O figurino é brasileiro, o som é brasileiro, a câmera e a assistência de câmera são brasileiras. Fomos para o Paraguai com 20 malas de figurino e dez malas de equipamento de câmera.”

Na competição principal, o cinema do Brasil se sentiu indiretamente representado por Karim Aïnouz, diretor da produção internacional *Rosenbush Pruning*. Ele disse que, como diretor brasileiro, pode fazer filmes em todos os lugares. “O cinema se tornou muito mais internacional. Muitas pessoas trabalham no cinema e para o cinema, ultrapassando fronteiras. Acho fascinante poder contribuir para que um pouco de oxigênio seja soprado nos filmes do mundo por alguém que vem de onde eu venho”, disse o diretor nascido em Fortaleza e radicado em Berlim.

A diretora norte-americana-brasileira-chinesa Beth de Araújo, cujo filme, *Josephine*, foi um dos que chegaram mais



perto de um Urso, segundo a crítica, diz acompanhar os colegas diretores brasileiros. “Assisto a todos os seus filmes e posso imaginar um dia filmar no Brasil”, disse.

Fora da programação oficial, o Brasil venceu no Berlinale Series Market com *Emergência 53*, do Globoplay e da Conspiração, que recebeu o Studio Babelsberg Production Excellence Award. “As séries brasileiras vão começar a ser descobertas agora”, comemorou o diretor Andrucha Waddington. “A cinematografia brasileira é muito poderosa há muito tempo. A gente está numa safra muito boa, numa maré muito boa, não tem por que parar.”

Os troféus conquistados em Berlim confirmam essa vitalidade. A ambivalência do momento é, no entanto, latente. Como Waddington, todos os realizadores presentes no festival não deixam de honrar o impacto internacional positivo do cinema brasileiro. Após o Oscar para *Ain-*

da Estou Aqui, todos torcem por *O Agente Secreto*. Mas, nas entrelinhas do entusiasmo, ouve-se que o audiovisual brasileiro viveu um vazio de sete anos, cujas consequências não podem ser resolvidas em um único mandato de governo.

“Eu não vejo o cinema brasileiro nos próximos dois, três anos voltando para o Oscar”, disse, recentemente, o produtor Rodrigo Teixeira na mostra de cinema de Tiradentes. Teixeira teve sua nova produção, *Isabel*, de Gabe Klinger, selecionada para o Panorama desta Berlinale.

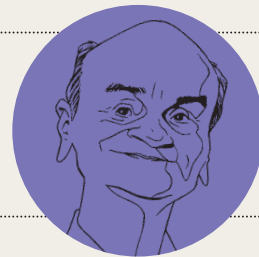
Klinger diz mais: “Os filmes que realmente representam o cinema do Brasil não são os que estão indo para o Oscar”. As produções presentes na Berlinale foram, quase todas, impulsionadas por políticas públicas – não só federais, mas também estaduais, como as vindas do Ceará – e têm orçamentos modestos.

Para Janaína Marques, só esse tipo de apoio permite a diversidade de paisagens e narrativas no cinema autoral brasileiro. Allan Deberton defende que é necessário um calendário estável de editais para que produtoras possam se planejar. Juntando-se ao coro que diz que o apoio público é essencial para que o cinema brasileiro exista, Julia Murat pondera que o entusiasmo internacional não deve esconder – ou turvar – as fragilidades estruturais. •

Nas entrelinhas do entusiasmo, havia certa inquietação com o futuro do cinema no País

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



De novo, as canetas

► Um novo estudo demonstra a relação entre o uso da tirzepatida e o menor risco de instalação definitiva da doença em pacientes pré-diabéticos

É difícil encontrar uma família sem nenhum caso de diabetes. É uma condição tão prevalente que as pessoas tendem a considerá-la uma fatalidade, espécie de preço a pagar pelos que insistem em viver mais.

A disponibilidade de medicamentos eficazes no controle da glicemia que permitem viver sem os sobressaltos do passado reforça essa imagem de doença comum, com a qual podemos conviver sem problemas.

Trata-se, no entanto, de uma condição sujeita a complicações graves: infarto do miocárdio, AVC, cegueira, feridas rebeldes que podem levar a amputações, hemodiálise e transplante de rim por insuficiência renal crônica, entre outras. Além disso, não é transtorno exclusivo da velhice. Sua incidência em pessoas mais jovens não para de aumentar.

O diabetes do tipo 2 – a apresentação mais comum – não costuma se instalar de forma abrupta, ou seja, num dia a glicemia de jejum está abaixo de 100, no outro já passou de 300. O aumento é, quase sempre, gradual. A piora depende da genética e de fatores como obesidade, consumo excessivo de doces e de ultraprocessados, sedentarismo, certos medicamentos, e até do estresse dos dias atuais.

Essa evolução lenta cria oportunidades para evitar ou, pelo menos, adiar a instalação do quadro. A maior parte dos pacientes vive uma fase intermediária que a literatura chama de pré-diabetes, na qual a glicemia de jejum fica entre 100 e 125 mg/dL e a hemoglobina glicada entre 5,6% e 6,9%, entre outros critérios diagnósticos.

Segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia, há cerca de 20 milhões de brasileiros com diabetes, número que certamente subestima o total. Não há como saber quantas pessoas com glicemias de jejum acima de 126 andam pelas ruas sem sentir nada nem ter ideia de que já estão classificadas na faixa de diabetes.

Caro leitor, se o número dos que já apresentam a doença é difícil de estimar, imagine calcular quantos se encontram na faixa do pré-diabetes. Nos Estados Unidos, eles correspondem a 34,5% dos adultos – 90% dos quais desconhecem sua condição. Para dar ideia do risco que eles correm, os estudos mostram que 74% dos que caem na faixa de pré-diabetes desenvolverão a doença no decorrer da vida.

Para reduzir esse risco, as recomendações médicas têm sido as de adotar mudanças no estilo de vida e de administrar metformina, medicamento hipoglicemiante.

A relação íntima entre obesidade e diabetes tem levado à indicação das chamadas canetas emagrecedoras, para os que estão na faixa de pré-diabetes com a finalidade de prevenir a instalação definitiva da doença.

Num estudo publicado na revista médica de maior circulação, a *The New England Journal of Medicine*, foram analisados pa-

cientes que faziam parte do estudo SURMOUNT-1, conduzido para avaliar o impacto da tirzepatida (nomes comerciais: Mounjaro e Zepbound) na perda de peso de mulheres e homens adultos.

Nesse estudo foi separado um subgrupo de 1.032 participantes com obesidade e pré-diabetes. A metade deles recebeu injeções de tirzepatida semanais, durante 176 semanas, seguidas por um período de 17 semanas sem nenhum tratamento. Os demais funcionaram como grupo-placebo.

Em três anos, 36 participantes (13,3%) do grupo-placebo desenvolveram diabetes do tipo 2. No grupo da tirzepatida, apenas dez participantes (1,3%) tiveram esse desfecho no mesmo período. A redução de risco do grupo tratado foi de 93%.

Dependendo das doses do medicamento empregadas, a perda de peso corpóreo variou de 12,3% a 19,7%. Como em outros estudos, houve recuperação parcial do peso perdido, durante o período de 17 semanas em que a medicação foi interrompida: 7% em média.

Antes da existência dessas drogas que estão revolucionando o tratamento da obesidade, o único recurso medicamentoso de que dispúnhamos para a prevenção do diabetes para os que estavam na faixa de pré-diabetes, era a metformina. Os resultados, entretanto, eram modestos.

A demonstração recente de que na fase na qual as glicemias de jejum estão entre 100 e 125 já podemos encontrar alterações discretas nas funções renal e cardiovascular que se agravarão caso o diabetes se instale, a tirzepatida e a semaglutida são boas opções para reduzir o peso corpóreo e os níveis de glicemia. •

redacao@cartacapital.com.br

A existência encapsulada

FOTOGRAFIA A exposição *Solidão Coletiva*, de Júlio Bittencourt, capta, em grandes cidades do mundo, a alienação cotidiana

POR ANA PAULA SOUSA

O surgimento das grandes metrópoles, a partir do século XIX, deu origem a duas visões sobre o lugar do indivíduo entre a multidão. No célebre ensaio *O Pintor da Vida Moderna* (1863), Charles Baudelaire (1821–1876) apresentou a figura do *flâneur*, o observador anônimo que vagueia pela cidade para observá-la. No quadro *O Grito* (1893), Edvard Munch (1863–1944) retrata a cidade como um lugar opressor, que assusta.

Guilherme Wisnik, professor livre-docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e pensador das cidades, recorre a esses dois conceitos para falar sobre *Solidão Coletiva*, em cartaz a partir de terça-feira 3 de março na Caixa Cultural São Paulo.

A exposição reúne oito séries fotográficas realizadas entre 2016 e 2023, em São Paulo, Nova York, Tóquio, Mumbai, Pequim e Jacarta, por Júlio Bittencourt, que é paulistano de nascença e hoje vive em Paris. A curadoria coube a Wisnik e a expografia, à cenógrafa e cineasta Daniela Thomas.

Ao se debruçar sobre os registros de Bittencourt, Wisnik viu diante de si a passagem da cidade de lugar da libertação para lugar da alienação.

“Alienação é não ter consciência do todo”, explica ele. “Nas imagens, vemos pessoas que estão ali como que apartadas de uma consciência ampla sobre o que são, vivendo um cotidiano sem ter muita consciência daquilo. Nas grandes conurbações, especialmente com a tecnologia, você acaba vivendo sozinho, perdendo os laços comunitários.”

Nas fotos selecionadas, são comuns os olhares que parecem alheios ao entorno; os espaços diminutos que remetem a cápsulas; e a presença física transmutada em ausência de contato real. O tom não é, contudo, crítico nem triste. Há até certa graça melancólica.

Na descrição de Wisnik, os corpos captados “em situações de espera, repetição ou adaptação a ambientes que os condicionam” mostram um cotidiano no qual

“Vemos as pessoas como que apartadas de uma consciência ampla sobre o que são”, diz o curador Guilherme Wisnik



a “privação” – de espaço, de liberdade – passou a ser algo estrutural.

Bittencourt conta que essas fotografias tiveram como ponto de partida um projeto chamado *Pletora*, palavra que, como ele explica, remete a excesso. “Minhas fotos sempre têm o urbano como contexto e mostram o ser humano no meio disso”, diz. “No *Pletora*, o excesso dizia respeito tanto à quantidade de gente e de informação quanto à solidão.”

Embora em algumas imagens a nacionalidade seja bem demarcada – caso de uma piscina sem água na China, com um aglomerado de gente em boias coloridas –, na maioria delas a marca local aparece diluída. As cenas do metrô de Tóquio poderiam ter sido vistas em São Paulo, por exemplo. “Acho que as cidades, hoje, são todas muito parecidas”, reflete o fotógrafo.

As composições presentes em *Solidão Coletiva* não são, porém, um retrato objetivo do real. Bittencourt, representado no Brasil por duas galerias de arte, a Lume, em São Paulo, e a Gávea,



Composições.

A mostra, em cartaz na Caixa Cultural, em São Paulo, a partir do dia 3, reúne imagens produzidas entre 2016 e 2023 em metrópoles como Pequim, Tóquio, Jacarta, Mumbai, Nova York e São Paulo



no Rio, borra as fronteiras entre a reprodução e a recriação.

“Os planos de fundo são sempre reais, e eu estou indo a esses lugares”, diz, ao ser questionado se as pessoas sabem ou não que estão sendo fotografadas. E en-

tão ele conta o santo, mas não o milagre: “Há retratos em que dirijo as pessoas, mas a ideia é colocar essas coisas uma ao lado da outra, manter a dúvida”.

Mais do que o real, o conjunto de imagens expostas na Caixa Cultural até ju-

lho apreende, no fundo, o sentido do real. Se o *flâneur* interpretava a cidade, hoje nós, moradores dos grandes centros urbanos, estamos tão imersos nesse real que nem o percebemos. A multidão não mais assusta, mas tampouco é vista. •

Uma arma contra a opressão social

IDEIAS Hélio Pellegrino foi um dos primeiros psicanalistas do País a entrar no debate político e levar sua prática para a periferia

POR VLADIMIR SAFATLE

A história da psicanálise brasileira é, em larga medida, marcada por compromissos de classe.

Em um belo estudo sobre a formação das sociedades de psicanálise no Brasil, lançado há alguns anos, *Psicanálise e Ditadura (1964–1985): História, Clínica e Política* (Editora Perspectiva, 448 págs., 129,90 reais), Rafael Alves lembra como a grande maioria dos psicanalistas brasileiros, nos anos 1960 e 1970, vinha das famílias urbanas abastadas e das oligarquias rurais.

Seria abstração imaginar que tal procedência não fosse redundar em uma psicanálise que pensava o Brasil em chave de modernização conservadora, perguntando-se como a “desordem familiar”, a “carência paterna” ou o “déficit institucional” seriam causas de uma sociedade pretensamente afundada no atraso e na letargia.

Nesse sentido, não é estranho descobrir que a psicanálise cresceu na época da ditadura e que descobrimos, nessa mesma época, psicanalistas trabalhando em centros de tortura.

Tampouco é estranho constatar a enorme dificuldade que a psicanálise brasileira teve para entender a racialização como matriz fundamental de sofrimento psíquico entre nós, mesmo que psicanalistas te-

nham tido papel importante na constituição de políticas públicas de saúde mental.

Por isso, a publicação de textos de Hélio Pellegrino (1924–1988) reveste-se de uma importância que não pode ser relativizada.

Figura de exceção no cenário psicanalítico brasileiro, Pellegrino foi aquele que praticamente inaugurou entre nós a figura do psicanalista público, esse que entra não apenas nos debates de sociedade e de costumes, mas também na discussão política, agindo política-

mente tanto na clínica quanto fora dela.

Foi Pellegrino quem criou as Clínicas Sociais de Psicanálise, que visavam levar a escuta psicanalítica para classes economicamente desfavorecidas, recuperando um modelo clínico que encontramos na Viena dos anos 1930, com Wilhelm Reich (1897–1957), ou na Argentina dos anos 1960, com Maria Langer (1910–1987) e o Grupo Plataforma.

Foi ainda Pellegrino o homem preso por enfrentar a ditadura e lutar em várias frentes contra o regime. Por essas e outras, ele forneceu um capítulo brasileiro importante naquilo que devemos chamar de “história popular da psicanálise”.

Desde seu início, a psicanálise tem uma dupla cabeça. A primeira olha para sua inserção social enquanto prática de adaptação a horizontes normativos em colapso. Ela se alegra em ser uma prática de escuta das elites globais em sua tentativa de lidar melhor com os males que as afligem.

Essa cabeça está entre nós até hoje, ainda mais neste momento, no qual a psicanálise é convocada para, mais uma vez, ocupar espaços no debate da cultura, principalmente para promover a “escuta” em um mundo onde nos queremos empurrar as lágrimas da pretensão “ausência de diálogo” que marcaria nossa época.

No entanto, sempre houve uma segunda cabeça que procurou vocalizar a consciência de que procurar adaptar sujeitos a uma sociedade doente é só uma maneira, ainda mais brutal, de adoecê-los. Essa segunda cabeça, muitas vezes, se voltou às periferias dos grandes centros para permitir que a psicanálise se tornasse uma arma contra uma ordem social opressiva.

Para entender como isso se deu no Brasil, o recém-lançado *A Burrice do Demônio*, de Hélio Pellegrino, é um documento importante.

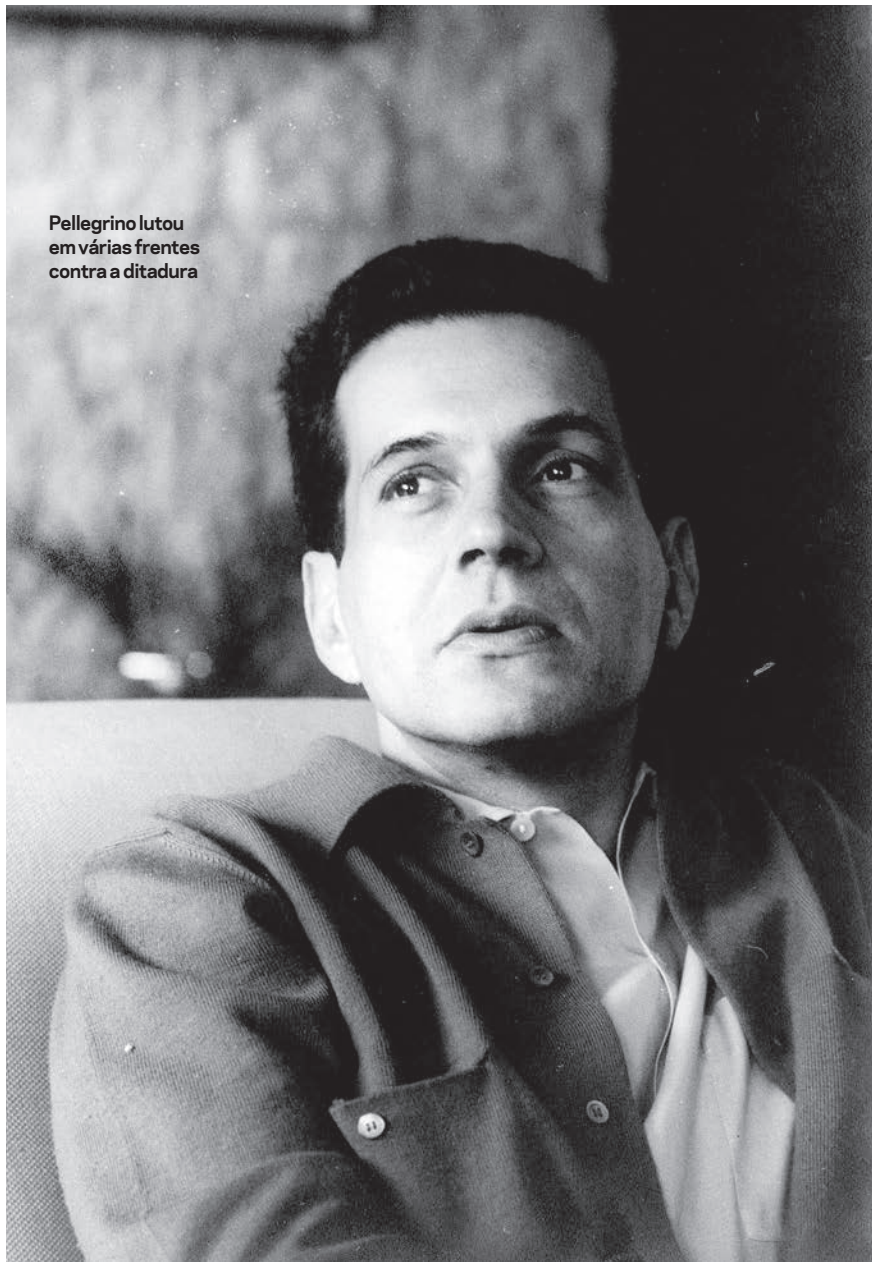
O livro é uma compilação de textos escritos pelo autor para a imprensa bra-



A BURRICE DO DEMÔNIO

Hélio Pellegrino. Editora Rocco
(304 págs., 89,90 reais)

Pellegrino lutou
em várias frentes
contra a ditadura



sileira, de 1968 a 1988. Nele, encontramos, primeiro, um psicanalista que levanta sua voz contra a tortura – e cabe aqui lembrar que, há não muito tempo, vimos psicanalistas renomados relativizando a tortura para casos onde “torturar um poderia salvar a vida de muitos”.

Encontramos ainda um profissional que tem um vínculo profundo com as dimensões mais progressistas da Teologia

da Libertação e com a crítica social marxista. Ele era alguém que podia ir à imprensa criticar o conservadorismo reacionário de João Paulo II e terminar o artigo lembrando que “o prazer nos livra da loucura”.

Esses textos guardam as marcas de sua época, por isso são um documento histórico tão significativo. Eles têm o tom da época, com tudo o que isso po-

Não faz sentido esperar um “pacto edípico” em uma sociedade incapaz de promover um pacto social integrador de classes desprivilegiadas

de significar. Mas, principalmente, eles mostram um psicanalista público em sua tentativa de utilizar a prática clínica e a teoria para pensar um país que lutava pela redemocratização.

Nessa luta, Hélio Pellegrino encontrava os mesmos núcleos reacionários que agora afloram com força. Contra eles, o psicanalista apostava na mobilização da religião como força transformadora. Uma aposta, ao mesmo tempo, bela e arriscada.

O conjunto de escritos nos mostra também um psicanalista engajado na busca pela construção de um pensamento sobre a produção cultural de seu tempo, em contato constante com a literatura e as artes visuais.

Pellegrino não temia assumir posições que, certamente, “dividiam”, e lembrava o quanto não fazia sentido esperar alguma forma de “pacto edípico” de restrição de impulsos (principalmente os violentos e destrutivos) em uma sociedade que não era capaz de prometer nenhum pacto social integrador de classes desprivilegiadas.

Nesse contexto, não cabia à psicanálise ser alguma versão fracassada de contenção de danos, mas uma das vozes mais duras a lembrar à sociedade as promessas que ela não realizou e o sofrimento que ela teima em não cessar de produzir. •

Nascida da escuridão

LIVRO A AUTORA SUECA HANNA NORDENHÖK RECRIA, NA FICÇÃO, A VIDA DA PRIMEIRA CRIANÇA VINDA AO MUNDO POR MEIO DE UMA CESARIANA

POR ALYSSON OLIVEIRA



É comum que se diga, popularmente, que as palavras cesariana e cesárea derivam da forma pela qual nasceu o antigo imperador romano Júlio César. O romance *Cesárea*, da sueca Hanna Nordenhök, conta, todavia, outra história.

A protagonista do livro é Henrietta Alexia Cesárea, personagem ficcional que teria sido a primeira criança nascida de uma cesariana realizada por um médico, na Suécia do século XIX.

Obviamente, as discussões históricas são mais complexas, mas, dentro do universo ficcional, o que importa à autora é discutir outra coisa. Suas reflexões recaem sobre temas como maternidade, direitos sobre o corpo feminino e adoção de órfãos.

A mãe de Cesárea morreu no parto. Com isso, a menina passa a viver com o médico que a trouxe ao mundo, Dr. Eldh, que parece vê-la como uma espécie de troféu, dedicando-lhe cuidados extremos.

“O Dr. Eldh me tirou à faca da escuridão, depois me salvou das ruas e me levou para Lilltuna, sempre me trazendo brinquedos novos”, escreve a garota, cuja vida

se limita à fazenda Lilltuna, onde mora.

Ela narra a própria história em primeira pessoa, de forma melancólica, quase alienada. Seu mundo, afinal de contas, é limítrofe, sem espaço para crescimento emocional ou grandes descobertas.

Não são poucas as vezes em que a protagonista se refere ao seu nascimento de

forma violenta: “O corte que me arrancou da escuridão”, diz. A perda da mãe, “a esquálida”, é uma dor que ela não compreende. Ela tampouco entende o peso do poder que o médico exerce sobre si.

Mas, mesmo em uma história marcada pela crueza, a autora transita pela poesia: “Os outonos em Lilltuna sempre carregavam consigo o cheiro de cadáver dos texugos e das frutas caídas das árvores”.

Cesárea pode ser definido como um romance de tons góticos que se articula em torno de uma investigação sobre as vigilâncias e punições que recaem sobre os corpos femininos – esse tema tão contemporâneo.

A opressão em torno da menina aumenta ainda mais quando um terceiro personagem entra no enredo: Valdemar, que se instala na mansão do médico para cuidar de uma estranha doença. Essa figura quebrará a aparente calma do local.

Hanna Nordenhök desenvolve uma narrativa desconcertante e não teme explicitar a crueldade para narrar uma história sobre a busca pela liberdade em meio ao sufocamento. •



CESÁREA

Hanna Nordenhök.

Tradução: Fernanda Sarmatz Åkesson.
DBA (216 págs. 82,90 reais)

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



A festa no esporte

► Lucas Pinheiro Braathen no esqui, Marcelo Melo e João Fonseca no tênis e Bodø/Glimt na Champions League são surpresas marcantes

As semanas recentes trouxeram várias conquistas importantes no esporte.

Tivemos, no meio do carnaval, a medalha de ouro conquistada na Olimpíada de Inverno por Lucas Pinheiro Braathen, o esquiador que, com sotaque, sua simpatia e seu talento, virou assunto no Brasil.

Nesta semana, no Rio Open, veio a vitória da dupla de tenistas Marcelo Melo, agora dono de 41 troféus na ATP Tour, e João Fonseca, que jogava a primeira partida de duplas na carreira.

A partida começou com o alemão Constantin Frantzen e o holandês Robin Haase ganhando o primeiro *set*. Mas os brasileiros venceram de virada por 2 *sets* a 1, em quase uma hora e meia de jogo, na Quadra Guga Kuerten.

Essas conquistas brasileiras apareceram lado a lado com a inédita vitória do Bodø/Glimt no agregado sobre a Inter de Milão pela Champions League.

Pouca gente ouviu falar do simpático clube norueguês, cujas camisas amarelas alegres foram festejadas pelo Mirasol, que também tem impressionado pela expressividade de suas vitórias.

Outro capítulo marcante desta sema-

na mostra o objetivo da Copa do Brasil de promover encontros entre clubes de todas as divisões com os mais conhecidos.

O Maguary de Bonito (PE) eliminou o Fortaleza (CE). Graças ao critério do sorteio, o Maguary teve de viajar pela primeira vez de avião para vencer na capital cearense – é um pouco essa a magia do futebol.

Outro jogo que chamou atenção foi Vasco vs. Fluminense, no Cariocão.

Desta vez, a desordem em campo parecia acompanhar o desespero dos jogadores. O segundo tempo foi difícil de assistir, pois vimos muita agressividade entre atletas das duas equipes.

A tensão do encontro foi acompanhada pela pressão ainda maior da arbitragem na marcação de faltas, diante da violência com que eram cometidas.

Temos destacado, como de costume, o nível de tensão que percorre o dia a dia das pessoas.

Os jogadores precisam de lideranças que esclareçam o caráter profissional do desporto que praticam e suas consequências. Como diz o ditado, “o pau que dá em Chico também dá em Francisco”. E assim todos saem perdendo.

Com a vitória do Fluminense, quem parece ter se perdido foi o técnico Fernando Diniz, do Vasco, que recuou mais uma vez em sua missão de devolver ao futebol brasileiro a primazia da técnica e da criatividade.

A imprensa destacou o desequilíbrio entre a força do ataque vascaíno e a fragilidade do sistema defensivo.

A direção, pressionada por Pedrinho, decidiu demitir Diniz, para tentar alcançar um novo perfil que traga maior equilíbrio à equipe. O clube, no momento, segue com

um treinador interino, Bruno Lazaroni.

A janela de transferências estendida pode favorecer essa correção de rumo.

Fiquei impressionado ao assistir o jogo do sub-20 entre Vasco e Flamengo: time muito bem treinado, com linhas bem coordenadas, que culminaram no 4 a 1 dos cruzmaltinos, valorizando a base.

Isso desperta a curiosidade sobre concepções distintas entre os dois grandes rivais: priorizar a formação de jogadores desde a base ou contratar nomes consagrados.

O *Globo Esporte* lembrou que, se o Flamengo conquistar a Recopa Sul-Americana, Filipe Luís vai igualar número de títulos do lendário Carlinhos, o violino.

Filipe Luís, que chegou em 2024, é o segundo técnico mais vitorioso da história do clube. Carlinhos teve seis conquistas ao longo de sete passagens pelo rubro-negro, entre 1983 e 2000. Ele morreu em 2015.

Carlinhos, que era asmático, é a prova de que a qualidade técnica muitas vezes prevalece sobre a força física, tão exaltada neste momento.

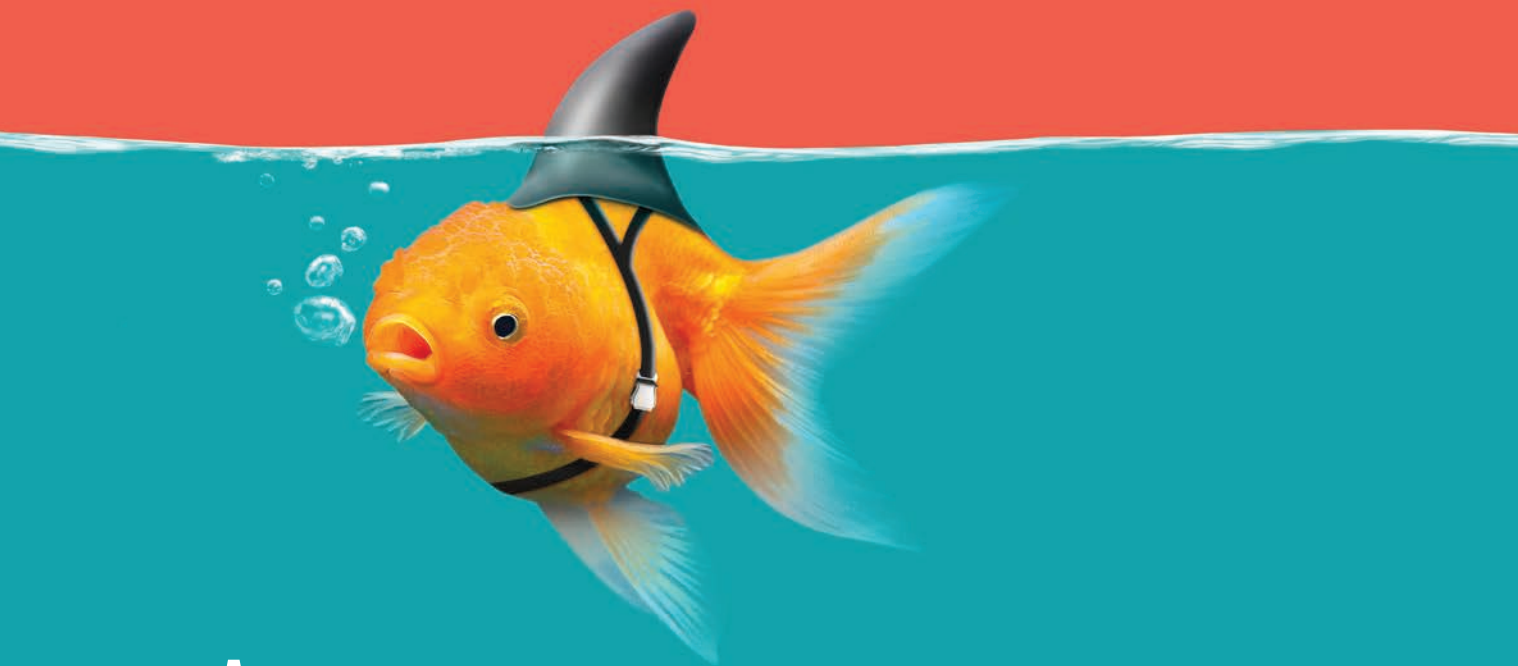
Mesmo atuando como volante, ele equilibrava o ataque e a defesa atravessando o gramado do Maracanã como quem toca o instrumento que o marcou. E ele, na verdade, tocava mesmo era violão. Era um artista, na acepção mais pura da palavra.

Curioso é que hoje o Flamengo conte com jogadores no time principal cujas características lembram Carlinhos, como Carrascal e Pulgar.

Pessoalmente, tenho ainda outra lembrança de Carlinhos. Ele, juntamente com Silva, o Batuta, era nosso parceiro no Bloco da Chuva pelas ruas de Botafogo e Copacabana. Bons tempos aqueles. • redacao@cartacapital.com.br



As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.



ines249

UM GERENTE PESSOAL E UM ASSESSOR PARA OS SEUS INVESTIMENTOS



BB.COM.BR/ESTILO



ESTILO

VIVA O SEU

Central de Relacionamento BB
4004 0001 ou 0800 729 0001

Ouvidoria BB
0800 729 5678

SAC
0800 729 0722

Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 729 0088

X @bancodobrasil
f /bancodobrasil

ou acesse
bb.com.br